

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

THOMAS DORIGON

**A LÍNGUA PORTUGUESA COMO FERRAMENTA DE POLÍTICA EXTERNA
BRASILEIRA: DA CRIAÇÃO DA CPLP AO PLANO DE AÇÃO DE BRASÍLIA**

Porto Alegre

2013

THOMAS DORIGON

**A LÍNGUA PORTUGUESA COMO FERRAMENTA DE POLÍTICA EXTERNA
BRASILEIRA: DA CRIAÇÃO DA CPLP AO PLANO DE AÇÃO DE BRASÍLIA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Profa. Dra. Sonia Ranincheski

Porto Alegre

2013

THOMAS DORIGON

**A LÍNGUA PORTUGUESA COMO FERRAMENTA DE POLÍTICA EXTERNA
BRASILEIRA: DA CRIAÇÃO DA CPLP AO PLANO DE AÇÃO DE BRASÍLIA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de _____ de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Sonia Ranincheski – Orientadora
UFRGS

Prof. Dr. Luis Augusto Estrella Faria
UFRGS

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente aos meus pais, que me educaram e me ensinaram muitos valores que hoje fazem parte de mim. Por causa deles, tive uma educação exímia, uma infância feliz e um amor incondicional. Muito obrigado a vocês pelo trabalho duro e por sempre acreditarem em mim. Sem vocês, a minha formação não teria sido possível. Amo vocês!

Agradeço à Gê, minha irmã querida, que sempre esteve do meu lado, seja para me pentelhar, seja para me confortar, demonstrando carinho e consideração. Te amo!

Aos demais parentes e familiares, muito obrigado pelo apoio, pela companhia e pelas quebras de galhos. Em especial, gostaria de agradecer à minha vó Lourdes (in memoriam) pelo “vai che bruzza!” e pelas conversas de madrugada e ao meu vô Luiz, que é o meu maior exemplo de vida, de superação e a quem devo muitos conhecimentos de história. Vô, te amo muito!

Agradeço também:

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e aos meus professores, pela oportunidade de me formar num curso de alta qualidade e sem custos.

Aos amigos das Relações Internacionais pelos momentos legais e divertidos que tivemos juntos ao longo destes cinco anos. Pelas festas no Phil, no Cabaret, pelas jantas, viagens, risadas, estudos, cervejas e momentos de confiança. Em especial, quero agradecer ao Lucas, que conversou comigo muitas vezes e me fez chegar ao tema desta monografia (te serei eternamente grato, querido!), e ao Gihad, meu amigo-irmão, que sempre esteve do meu lado e me ajudou em todos os momentos. Te amo!

Ao pessoal do TEPA por um dos melhores semestres da minha vida, cheio de emoções, risadas, toques, reflexões e descobertas. Vocês são maravilhosos e tenho muitas saudades do que vivemos e aprendemos na Companhia de Arte. Sem vocês, talvez eu não tivesse conseguido concluir a faculdade! Muito obrigado.

Aos amigos que estão longe, mas que nunca me abandonaram, e que significam muito para mim: Pedro, Gabriela, Emilly, Dudu, Filipe, Bia, Joana, Michael, Vivian. Vivian, tu foi uma

das melhores surpresas que já me aconteceram e é sensacional saber que posso contar contigo para qualquer coisa e que podemos conversar sobre o mundo a qualquer minuto. Te amo!

Aos professores Henrique, Sonia e Gabriela, por serem tão queridos, gentis e estarem sempre dispostos a conversar comigo e a me ajudar a resolver minhas crises existenciais, estudantis e profissionais. Em especial, um agradecimento à professora Sonia, que me orientou nesta monografia e me ensinou muito a respeito de técnicas de pesquisa. Muitíssimo obrigado.

“Tá na hora dessa gente bronzada mostrar seu valor” (Os Novos Baianos)

RESUMO

Esta monografia trata da diplomacia cultural brasileira entre os anos de 1996, quando da criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e 2010, ano de lançamento do Plano de Ação de Brasília, com destaque para as políticas de internacionalização da língua portuguesa. Recorrendo a três teorias das Relações Internacionais, este trabalho busca explicar por que um país opta por difundir sua cultura no exterior e quais ganhos essa prática pode lhe oferecer. No caso do Brasil, observamos que a difusão da língua portuguesa é executada multilateralmente na CPLP, bilateralmente através da Rede Brasileira de Ensino no Exterior (RBEx), mantida pelo Itamaraty, e através de projetos levados a cabo por Instituições de Ensino Superior do país. Esta política de promoção cultural tem crescido bastante no Brasil, no entanto, ainda está abaixo do grau esperado, se considerarmos o peso político e econômico do país no sistema internacional.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira. Diplomacia Cultural. Língua Portuguesa. CPLP. Instituições de Ensino Superior Brasileiras.

ABSTRACT

This thesis addresses the Brazilian cultural diplomacy between 1996, when the Community of Portuguese-Speaking Countries (CPLP) was created, and 2010, when the Brasília Action Plan was launched, highlighting the policies for the internationalization of the Portuguese language. Resorting to three IR theories, this paper seeks to explain why a country chooses to promote its culture abroad and which benefits this action can provide for it. Concerning Brazil, we observe that the promotion of the Portuguese language is carried out multilaterally through the CPLP, bilaterally through the Brazilian Teaching Network Abroad (RBEx), kept by the Brazilian Ministry of Foreign Affairs (MRE), and through projects realized by Brazilian Higher Education Institutions (HEIs). This policy of cultural diffusion has been growing a lot in Brazil, however, it is still below the level expected, if we consider the country's political and economic weight within the international system.

Keywords: Brazilian Foreign Policy. Cultural Diplomacy. Portuguese Language. CPLP. Brazilian Higher Education Institutions

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AUGM	- Associação de Universidades Grupo Montevideo
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal no Ensino Superior
CASA	- Comunidade Sul-Americana de Nações
CCB	- Centro Cultural Brasileiro
CCP	- Comitê de Concertação Permanente
CEPI	- Curso de Espanhol-Português para Intercâmbio
CPLP	- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DAMC	- Divisão de Acordos e Assuntos Multilaterais
DAV	- Divisão de Promoção do Audiovisual
DCE	- Divisão de Temas Educacionais
DIVULG	- Coordenação de Divulgação
DODC	- Divisão de Operações de Difusão Cultural
GTPL	- Grupo de Trabalho sobre Políticas Linguísticas do Mercosul Educativo
IBAS	- Índia-Brasil-África do Sul
IES	- Instituições de Ensino Superior
IILP	- Instituto Internacional da Língua Portuguesa
LP	- Língua Portuguesa
Mercosul	- Mercado Comum do Sul
MRE	- Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty)
MEC	- Ministério da Educação
ONU	- Organização das Nações Unidas
PLE	- Português como Língua Estrangeira
PEC-G	- Programa de Estudantes Convênio-Graduação
PEC-PG	- Programa de Estudantes Convênio-Pós-Graduação
PEIBF	- Projeto Escola Intercultural Bilíngue de Fronteira
PEPPFOL	- Programa de Ensino e Pesquisa em Português para Falantes de Outras Línguas
RBEx	- Rede Brasileira de Ensino no exterior
SADC	- Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEM	- Setor Educacional do Mercosul

SIPLE	- Sociedade Internacional Português como Língua Estrangeira
UE	- União Europeia
UFRGS	- Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNASUL	- União de Nações Sul-Americanas
UnB	- Universidade de Brasília
UniCamp	- Universidade de Campinas
UNILA	- Universidade Federal da Integração Latino-Americana

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	O BRASIL E OS PAÍSES LUSÓFONOS: A COOPERAÇÃO E CONCERTAÇÃO POLÍTICO-DIPLOMÁTICA PELA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA.....	22
2.1	Panorama da CPLP.....	23
2.2	Atuação da CPLP entre 1996 e 2010: As três vertentes e o Plano de Ação de Brasília.....	26
2.3	A CPLP para a Diplomacia Brasileira.....	32
2.4	Conclusões Parciais.....	35
3	A POLÍTICA CULTURAL EXTERIOR DO BRASIL: OS CENTROS CULTURAIS BRASILEIROS, OS INSTITUTOS CULTURAIS BRASILEIROS E O PROGRAMA DE LEITORADO.....	37
3.1	Ação diplomática do Brasil de 1996 a 2010.....	41
3.2	Análise da evolução da Política Cultural Externa brasileira.....	45
3.3	Conclusões Parciais.....	50
4	AS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS COMO AGENTES DA DIPLOMACIA PÚBLICA BRASILEIRA PARA A PROMOÇÃO DA CULTURA E DA LÍNGUA DO BRASIL.....	51
4.1	Os Programas de Estudantes-Convênio Graduação (PEC-G) e Pós-Graduação (PEC-PG).....	51
4.2	Grupos de Ensino e Pesquisa de Português como Língua Segunda no Brasil.....	53
4.3	O Exame de Proficiência Brasileiro (Celpe-Bras).....	55
4.4	Ações Das Universidades Brasileiras No Mercosul.....	57
4.4.1	Projeto Curso de Espanhol-Português para Intercâmbio (CEPI).....	59
4.4.2	Associação de Universidades Grupo Montevideu (AUGM).....	59
4.5	A Universidade Federal da Integração Latino Americana (Unila).....	60
4.6	Ações de Cooperação na Área Educacional Para a Construção de uma Região Bilíngue.....	61

4.7	Conclusões Parciais.....	62
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
	REFERÊNCIAS.....	70

1 INTRODUÇÃO

Esta monografia trata das relações culturais internacionais do Brasil, com destaque para a transnacionalização da língua portuguesa. Tem como objetivo principal analisar o uso dessa língua como ferramenta de política externa pelo Brasil entre os anos de 1996, quando da criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e 2010, quando se formulou o Plano de Ação de Brasília. São objetivos secundários averiguar o papel da CPLP para a mundialização da língua portuguesa e como o Brasil está inserido nessa organização multilateral; compreender o funcionamento da Rede Brasileira de Ensino no exterior (RBEx), mantida pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE); e entender como agentes que não o Estado contribuem para a difusão cultural do Brasil, dando destaque às Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras.

As discussões aqui levantadas se mostram relevantes, tendo em vista que ainda há poucos estudos e pesquisas relativas ao tema da difusão cultural do Brasil associada à política externa e que, conforme veremos adiante, a maior projeção internacional do País deve ser acompanhada por uma diplomacia cultural mais ativa, que dê sustentação às suas ações políticas e econômicas. Esperamos contribuir com esse novo e crescente campo de pesquisa das Relações Internacionais, incentivando debates e projetos que contemplem a transnacionalização da cultura brasileira. Serão abordadas três teorias das Relações Internacionais que justificam a existência de projetos de difusão cultural de um país e lançar-se-á mão de pesquisa de natureza qualitativa, analisando o processo de promoção da cultura brasileira e da língua portuguesa falada no Brasil no exterior.

As relações internacionais vêm passando por um processo de ampliação e de complexificação em uma escala até pouco tempo inimaginável. Esse processo decorre, em parte, do aumento no número de Estados soberanos desde os anos 1950, da explosão demográfica atual e da interdependência econômica entre os países, intensificada após a fim da Guerra Fria. A crescente capacidade de organização das sociedades modernas cria e alimenta uma demanda constante de intercâmbio econômico e cultural, acelerando a competição internacional (RIBEIRO, 2011).

Neste contexto, a cultura assume um lugar de crescente importância na política internacional. De acordo com Ribeiro, 2011, após as revoluções agrária, industrial e tecnológica, estaríamos

passando pela revolução cultural, viabilizada pela expansão da tecnologia e pelos avanços nas telecomunicações, em que o acesso à cultura não é mais um privilégio de determinadas classes sociais. Os homens estabelecem trocas espontaneamente entre si, e os Estados asseguram e facilitam esse fluxo de trocas. Ao multiplicar suas interligações culturais, os países circulam ideias, impõem produtos e negociam alianças, projetando, dessa forma, seus valores, os quais exercem quase sempre papel de aproximação ou abertura entre os povos. A cultura é entendida, pois, como um incentivo à superação de barreiras convencionais que separam os povos, à compreensão mútua, à geração de familiaridade ou à redução de desconfianças.

A revolução tecnológica não só tornou o acesso ao cenário internacional mais ágil e instantâneo, como também mais competitivo, acirrando as disputas políticas e econômicas entre os Estados e dificultando a atuação além de suas fronteiras. Para enfrentar esses problemas, os países lançam mão de recursos paralelos que tornam sua política externa mais palatável. Esses recursos são as relações culturais, as quais, além dos seus méritos intrínsecos, viabilizam outros objetivos dos Estados nos planos econômicos, políticos ou comerciais (RIBEIRO, 2011).

Dentro do campo das relações culturais internacionais, destacamos os idiomas. Na atual Sociedade do Conhecimento, que prioriza modelos de acumulação mais flexíveis, a comunicação e a informação fazem parte de todo o processo produtivo e tornam as línguas um importante instrumento político e econômico. Esta conjuntura aponta para uma tendência na gestão das línguas, em que países que nunca trataram da questão das línguas se apressam em elaborar programas (CARVALHO, 2012). O Brasil é um caso típico; tem crescido política e economicamente nos últimos anos e despertado a atenção de atores internacionais, sobretudo com os eventos esportivos que serão sediados no país em breve, levando a uma expansão do seu mercado linguístico e à formulação de políticas de difusão internacional da língua portuguesa.

Tendo em mente a complexificação das relações internacionais, a competitividade no âmbito cultural entre os países e a valorização de alguns idiomas, nos perguntamos: como o Brasil pensa, planeja e implementa suas relações culturais com outros Estados? Mais especificamente, como o Brasil promove o seu idioma oficial para o exterior e quais são os

benefícios que pode obter através desse processo? Foram estas perguntas que serviram de base para o desenvolvimento deste trabalho.

Primeiramente, devemos definir o que queremos dizer com cultura. Conforme Marilena Chauí, em seu livro *Convite à Filosofia*, 2000, p. 61, cultura é

a criação coletiva de idéias, símbolos e valores pelos quais uma sociedade define para si mesma o bom e o mau, o belo e o feio, o justo e o injusto, o verdadeiro e o falso, o puro e o impuro, o possível e o impossível, o inevitável e o casual, o sagrado e o profano, o espaço e o tempo. A Cultura se realiza porque os humanos são capazes de linguagem, trabalho e relação com o tempo. A Cultura se manifesta como vida social, como criação das obras de pensamento e de arte, como vida religiosa e vida política.

Tendo esta definição em mente e indo ao encontro dos ensinamentos antropológicos mais contemporâneos, devemos atentar para o fato de que não há uma hierarquia de e entre culturas. A cultura francesa não é melhor do que a brasileira, a qual tampouco é superior ou inferior à cultura de qualquer outro povo, isso porque consideramos cultura como a expressão de uma comunidade no seu dia-a-dia. Elas são apenas diferentes. A noção de hierarquia nos levava a concluir que cultura era algo padronizado, que deveria ser aprendido e apreciado, constituindo-se num privilégio de elite (FORNARI, 2006).

A cultura do Brasil é rica, dinâmica e variada, constituindo matéria-prima para a aceleração de nossos processos de aproximação bilateral, regional e internacional com outros povos e seus governos. O Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE) é responsável pela divulgação internacional da cultura brasileira e da língua portuguesa falada no Brasil, além de tratar do relacionamento do país com instituições multilaterais de natureza cultural (MRE, 2013)¹. Apesar de extremamente importante, no entanto, o desempenho do Brasil nesse campo não vem ocorrendo no devido grau. Se este país deseja que suas mensagens políticas, comerciais, econômicas ou de assistência técnica encontrem maior ressonância internacional, deve investir mais na diplomacia cultural (RIBEIRO, 2011).

Para analisarmos o papel da cultura e da língua portuguesa como instrumento de política externa pelo governo brasileiro, devemos entender por que estes elementos são importantes e como podem ser projetadas internacionalmente do País. Neste trabalho, escolhemos três

¹ Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/divulg/diplomacia-cultural>. Data de acesso: 24 de novembro de 2013.

teorias das Relações Internacionais que servirão de base para essa análise. São elas o Construtivismo, a Diplomacia Pública e o Soft Power (ou poder brando).

O **Construtivismo** surgiu em 1989, no final da Guerra Fria, como uma série de reações críticas às teorias mais tradicionais das Relações Internacionais, nomeadamente o Neo-Realismo e o NeoLiberalismo, as quais enfatizavam a distribuição de poder e a busca resoluta de poder e riqueza pelos Estados. A principal diferença do Construtivismo para as teorias tradicionais é que ele acredita que a realidade é composta por atores que interpretam o mundo, conferindo diferentes significados às coisas, dependendo do contexto. Portanto, o mundo pode ser anárquico, mas isso não significa que sempre foi e sempre será assim. Tampouco significa que automaticamente esta estrutura os leve a confiar somente em si próprios, deixando de construir laços cooperativos. Tudo depende da maneira como os Estados, e os atores que fazem parte dele, interpretam a realidade (BARNETT, 2012).

Segundo Barnett, 2012, a realidade é uma construção social, logo abre espaço para a desnaturalização do que é tomado como garantido. Deste modo, a sociedade precede aos atores, e não o contrário. Os atores são produzidos e criados por seu ambiente cultural. A partir da visão de Alexander Wendt, responsável pela difusão da teoria construtivista, esta teoria se baseia nas seguintes premissas:

os Estados são as principais análises para as teorias políticas internacionais; as estruturas-chave no sistema de Estados são intersubjetivas, em detrimento de materiais; e as identidades e os interesses são uma parte importante construída por essas estruturas sociais, em vez de providas exogenamente ao sistema pela natureza humana ou por políticas domésticas (ZEHFUSS, p. 39).

A parte tocante às identidades é a que mais interessa a este trabalho. Por que as identidades sociais são importantes? Porque elas podem gerar uma identificação com o destino de outro(s) ator(es).

O que importa é se e quanto ‘identidades sociais envolvem uma identificação com o destino do outro. [...] se não há identificação positiva, o outro é relevante para a definição de interesses somente na medida em que pode ser usado para as propostas de interesse próprio. [...] Por outro lado, a identidade coletiva se refere à identificação positiva de modo que o outro se torna conginitivamente uma parte de si e o seu bem-estar é relevante. Atores que compartilham de uma identidade coletiva definem os seus interesses e um nível maior de agrupamento, baseado em sentimentos de solidariedade, comunidade e lealdade (ZEHFUSS, 2002, p. 15).

O **Soft Power** é uma teoria recente das Relações Internacionais criada por Joseph Nye em 1990, em seu livro “Bound to Lead”, no qual afirma que os EUA eram a nação mais poderosa do mundo, não só por seu poder militar e econômico, mas por seu Soft Power. Este tipo de

poder se difere do Hard Power pois não coage países através de sanções econômicas ou ameaças militares, e sim os coopta através da habilidade em moldar as suas preferências. Ele consiste em três recursos: a cultura de um país (quando ela é atrativa), seus valores políticos e sua política externa (quando são vistos como legítimos e tendo autoridade moral) (JOSEPH NYE, 2004).

Com o final da Guerra Fria, o mundo assistiu à expansão sem precedentes dos meios de comunicação e de transporte, dos valores democráticos e dos movimentos sociais. Este contexto político sugere que a importância relativa do Soft Power aumentará (NYE, 2004). O poder se tornou mais fluído e menos coercitivo, principalmente entre as democracias mais avançadas, e a revolução da informação está criando comunidades virtuais e redes sociais transnacionais, tornando mais complexa a relação dos Estados com suas respectivas populações. De acordo com Nye (2004, p. 31-32), os países

que provavelmente serão mais atrativos e ganharão soft power na era da informação são aqueles com múltiplos canais de comunicação que ajudem a enquadrar questões; cujas culturas e ideias dominantes estejam mais perto de vencer normas globais (que agora enfatizam o liberalismo, o pluralismo e a autonomia); e cuja credibilidade seja potencializada por seus valores e políticas domésticos e internacionais.

Quando a cultura de um país inclui valores universais e suas políticas promovem valores e interesses compartilhados por outros atores, ela aumenta a probabilidade de obter os resultados desejados por causa da relação de atração e obrigação que ela cria (NYE, 2004). A cultura de um país pode formar um pano de fundo positivo (atração) ou negativo (repulsa) em diferentes regiões e entre diferentes grupos, o que pode tornar mais fácil ou mais difícil a promoção das suas políticas nacionais. Daí a importância de programas de intercâmbio, da música, literatura, artes e qualquer forma de trocas culturais entre um país e outro.

A última teoria que servirá de base para esta monografia é a **Diplomacia Pública**. Esta teoria trata da construção de relações, baseada na premissa de que “a imagem e a reputação de um país são bens públicos que podem criar um ambiente favorável ou desfavorável para transações individuais (LEONARD, 2002, p. 9).” Diferencia-se da diplomacia tradicional porque

supõe a interação não somente com os governos, mas fundamentalmente com indivíduos e organizações não-governamentais. Ademais, as atividades de diplomacia pública apresentam a estes os pontos de vista diferentes representados por indivíduos e por organizações norteamericanas [o autor está se referindo aos EUA], além das oficiais do governo (NOYA, 2007, p. 92).

Por envolver mais atores e uma agenda mais complexa e diversa, a diplomacia pública busca entender as necessidades de outros países, culturas e povos; comunicar os pontos de vistas de cada Estado de forma transparente e pública; corrigir percepções negativas; e encontrar áreas com que os países se identifiquem (LEONARD, 2004). Seu objetivo fundamental é influenciar o comportamento de um governo estrangeiro de forma indireta, levando a cabo tarefas de três tipos: informação, educação e cultura (NOYA, 2007).

A diplomacia pública serve à diplomacia tradicional, pois pode preparar o terreno para futuras negociações. Quando um governo propõe a outro determinadas ações, planos ou estratégias, a opinião pública do segundo já estará ciente da questão, e parte dela poderá aceitá-la. Funciona ainda, utilizando a metáfora de Noya (2007, p. 93), como um colchão, pois garante a continuidade dos vínculos e das vias de comunicação entre os países, mesmo quando as relações diplomáticas formais estejam em crise ou tenham se rompido. Trata-se, portanto, da construção de uma ampla rede informal entre cidadãos e grupos civis organizados.

Tendo em vista o que foi exposto anteriormente, apreende-se que a cultura é um campo de estudos bastante importante e que pode ser utilizado como política externa não só para fortalecer identidades e criar entendimentos mútuos, como também para corrigir percepções negativas de um país. No caso do Brasil, a língua portuguesa desempenha um papel relevante na perseguição do seu desenvolvimento e de laços mais profundos de cooperação, sobretudo entre os países da CPLP. Ao estabelecer acordos, programas e parcerias com os outros países de língua portuguesa, o Brasil reforça a identidade luso-brasileira e estimula a construção de uma identificação comum. Criam-se sentimentos de solidariedade e de engajamento entre os países que utilizam o português, em que o crescimento e a melhora de um dos membros são sentidos e comemorados pelos demais.

O Construtivismo acredita que a estrutura anárquica do sistema internacional não apenas constrange os agentes (como afirmariam o Neo-Realismo e o NeoLiberalismo), mas também constrói ou constitui suas identidades e interesses. A partir de interações entre si, os Estados recriam e reinterpretam a estrutura do sistema internacional. A CPLP é um exemplo de construção de identidades e de interesses em comum dentro de um sistema anárquico. Em seu documento constitutivo (CPLP, 2013), os países membros da CPLP têm como um dos objetivos: “Consolidar a realidade cultural nacional e plurinacional que confere identidade

própria aos Países de Língua Portuguesa, reflectindo o relacionamento especial existente entre eles e a experiência acumulada em anos de profícua concertação e cooperação”.

Através do Soft Power e da diplomacia pública, vimos como a cultura, os valores políticos domésticos e externos e a opinião pública de um país são importantes para a promoção da sua imagem internacionalmente e como os aspectos atrativos podem levar outros atores a agir conforme aquele desejara, sem precisar utilizar a força militar ou econômica. É a ideia da cooptação, em detrimento da coerção. O Brasil o faz a partir da promoção da

imagem de uma sociedade com diversidade de etnias, inclusiva, tolerante e em constante processo de renovação. Apresenta-se o que torna a cultura brasileira única, mas, ao mesmo tempo, revelam-se as afinidades que a une a outros povos. Esse processo de conhecimento mútuo estimula a compreensão da imagem do Brasil no exterior e gera familiaridade com a realidade do país (MRE, 2013).

Além da sua atuação frente aos países de língua portuguesa, o Brasil mantém, através da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP) do MRE, 22 Centros Culturais Brasileiros, 7 Institutos Culturais (IC) e 52 leitorados, distribuídos em mais de 50 países (MRE, 2013). Os CCBs agem como difusores da cultura brasileira, sendo importantes instrumentos na formação de Soft Power do país. Interessante notar, ademais, que suas atividades não se restringem aos corpos diplomáticos e aos agentes governamentais, mas se estendem a estudantes, acadêmicos, empresários e quaisquer pessoas que tenham interesse pelo Brasil, formando as redes informais citadas pela diplomacia pública e criando laços desses atores com o nosso país. Os CCBs promovem, dentre outras coisas, a difusão da literatura, da música, da cinematografia e das danças brasileiras, bem como distribui material didático e informativo sobre o Brasil (BRASIL, MRE, 2010).

Esta monografia trata, ademais, de Instituições de Ensino Superior brasileiras que desempenham papel bastante significativo como difusoras da cultura nacional e da língua portuguesa, sobretudo em projetos em conjunto com o MRE, como os Programas de Estudante-Convênio graduação e pós-graduação, e na área do Mercosul. Estas instituições envolvem alunos, pesquisadores, professores, políticos, entre outros, que funcionam como agentes da diplomacia pública. Criam-se redes formais e informais que contribuem para a manutenção e o aprofundamento dos laços e de projetos brasileiros com atores, sejam estatais ou não, de outros países.

Em relação ao método de pesquisa, foram coletados dados referentes ao uso da língua portuguesa como ferramenta de política externa e à sua difusão, através do site do MRE e dos órgãos subjacentes a ele que serviram para a pesquisa; dos discursos de representantes dos Estados da CPLP; da leitura de livros, artigos científicos e revistas que falam sobre a inserção internacional da cultura brasileira e sobre a aprendizagem e difusão da Língua Portuguesa; e dos acordos criados e implementados pela CPLP, pelo IILP e entre universidades estrangeiras e do Brasil. Estes dados foram analisados a partir do método de análise qualitativo e quantitativo, com predominância do primeiro.

A **pesquisa qualitativa** se baseia numa posição filosófica interpretativista, no sentido de que se preocupa com como o mundo social é interpretado, entendido, sentido ou constituído, e busca produzir entendimentos contextualizados através de dados detalhados e completos. Os métodos para a geração desses dados são flexíveis e sensíveis ao contexto social em que são produzidos. O pesquisador deve analisar as informações colhidas de maneira holística e pode utilizar alguma forma de quantificação, embora não seja vista como central (MASON, 2006).

No caso desta pesquisa, o método de análise qualitativo foi usado para pensar sobre a língua portuguesa como ferramenta de política externa do Brasil e sobre as principais instituições utilizadas com esse objetivo. Não se tratou de buscar unicamente os dados quantitativos, mas sim de analisá-los e comparar os resultados, com base nas teorias propostas neste trabalho. Sobretudo no que diz respeito à CPLP e ao IILP, procurou-se explorar as suas particularidades, o contexto em que foram criadas e de que forma podem ser utilizadas pelo governo brasileiro para projetar-se internacionalmente. Os governos Cardoso e Lula da Silva, contemplados no período deste trabalho, também possuem características substancialmente diferentes em termos de política externa, o que tornou necessária uma investigação mais detalhada para se fazer uma análise mais completa.

A partir do método de análise **quantitativo**, elegemos como prioritários os dados que nos ajudam a compreender o quanto o uso da língua portuguesa evoluiu como instrumento de política externa. Estes dados dizem respeito: ao número de alunos que aprendem português fora do Brasil (e estrangeiros que o estudam aqui); ao número de inscritos e aprovados no exame de certificação CelpeBras; aos principais programas levados a cabo pelo governo brasileiro no exterior em termos de promoção da cultura brasileira, dentre os quais os CCBs,

os programas de Leitorado, os intercâmbios com universidades e os acordos dentro da CPLP e do IILP; ao resultado concreto criado com a política externa brasileira, entre outros.

O primeiro capítulo versa sobre a CPLP, desde a sua origem até 2010, e o papel desempenhado pelo Brasil nessa instituição, ressaltando a importância do fortalecimento econômico e político da Comunidade para o sucesso da cooperação em língua portuguesa. O segundo capítulo trata da Diplomacia Cultural levada a cabo pelo MRE, que mantém a Rede Brasileira de Ensino no Exterior, composta de Centros Culturais Brasileiros, Institutos Culturais Bilaterais e Leitores, analisando-a como um ramo da política externa brasileira de Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva. Por fim, o último capítulo analisa as ações das universidades brasileiras para a difusão da cultura do Brasil e para programas de ensino de português para estrangeiros, entendidas como atores de diplomacia pública, responsáveis pela criação de redes de comunicação importantes para as relações internacionais do País.

2 O BRASIL E OS PAÍSES LUSÓFONOS: A COOPERAÇÃO E A CONCERTAÇÃO POLÍTICO-DIPLOMÁTICA PELA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

O objetivo deste capítulo é analisar a atuação da CPLP e do Brasil em particular, destacando as principais ações no âmbito político-diplomático, da cooperação com base na difusão e promoção da língua portuguesa. Visa, ainda, expor as matrizes de política externa de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva para que possamos entender o papel da CPLP dentro de cada um dos governos.

A CPLP vem sendo estudada com maior intensidade nos últimos anos, por todos os desafios e potencialidades que leva consigo. No entanto, ainda há poucos materiais sobre o assunto e a Comunidade é pouco conhecida do público em geral. José Saraiva já percebe esta situação em 2001, quando escreve na introdução de seu livro:

A organização desta obra expõe também uma vontade quase apostólica: a de contribuir à melhor compreensão, por parte da opinião pública brasileira, do papel que procura desempenhar essa infante instituição [no caso, a CPLP] (SARAIVA, 2001, p. 11).

Alguns parágrafos depois, segue: "A obra, no entanto, tem seu núcleo essencial voltado para a socialização de um conhecimento ainda não tão disponível ao grande público (SARAIVA, 2001, p. 13)." Ainda com relação a este distanciamento, Mariana Villares da Mota afirma que, para ocorrer a aproximação da sociedade civil com a CPLP,

são necessários esforços para uma maior divulgação das ações da CPLP, além da fundamental necessidade da promoção da educação dos mais de 230 milhões de cidadãos da CPLP, tanto nas escolas, como através dos meios de comunicação [...], assim como a promoção de intercâmbio cultural [...] (MOTA, 2009, p. 108).

Neste capítulo, portanto, inicialmente, apresentamos um panorama da CPLP, com seus principais objetivos, vertentes de atuação e órgãos constitutivos, e explicamos a importância da cooperação em língua portuguesa. Em seguida, passamos para a descrição e análise da atuação da CPLP de 1996 a 2010, destacando as principais ações no âmbito político-diplomático, da cooperação e da difusão e promoção da língua portuguesa. A terceira parte do capítulo explica as matrizes de política externa de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva para que possamos entender o papel da CPLP dentro de cada um dos governos.

2.1 Panorama da CPLP

A CPLP foi criada em 17 de julho de 1996 na cidade de Lisboa durante a I Conferência de Chefes de Estado e Governo dos Países de Língua Portuguesa, abarcando Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. O Timor-Leste entrou na comunidade em 2002, logo após obter a sua independência (MRE, 2013)². Não se tratava unicamente de estabelecer e/ou fomentar relações comerciais, mas de pensar em termos de construção de identidades e interesses comuns. Assentadas na identidade linguística e nos laços históricos de seus países membros, as três vertentes de atuação da CPLP são a concertação político-diplomática, a cooperação, sobretudo nos campos econômico, social, cultural, jurídico e tecno-científico, e a materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa (MOTA, 2009)

A comunidade é composta por quatro órgãos, apresentados aqui em ordem de importância hierárquica, quais sejam: a Conferência de Chefes de Estado e Governo, o Conselho de Ministros, o Comitê de Concertação Permanente e o Secretariado Executivo. A primeira, também chamada de Cimeira, define e orienta a política geral e as estratégias da CPLP, sendo as decisões tomadas por consenso e vinculativas para todos os Estados membros. O Conselho de Ministros é responsável pela coordenação das atividades da organização, incluindo a definição e a adoção de políticas e programas. O Comitê de Concertação Permanente tem a função de supervisionar continuamente as atividades da CPLP, as quais são colocadas em prática pelo Secretariado Executivo. Este implementa as decisões e resoluções dos órgãos superiores, planeja e executa os programas da comunidade e administra e organiza as suas finanças (SARAIVA, 2001). Quanto ao financiamento, a CPLP recebe contribuições anuais dos seus membros e possui um fundo especial que pode receber contribuições voluntárias (MOTA, 2009).

Para os sete países que compõem a CPLP, a língua portuguesa se configurou como meio de unir e aperfeiçoar as suas relações internacionais em meio a um processo de aceleração da globalização e da formação de blocos econômicos de meados da década de 90. A utilização do português seria o elemento responsável pela aproximação de países tão distantes e com culturas tão diferentes, abrindo canais de cooperação econômica, educacional e cultural

² Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/cplp>. Data de acesso: 02 de setembro de 2013.

(SILVA, 2010). Para os países africanos, por exemplo, o português representa tanto uma língua de afirmação, frente a nações anglófonas e francófonas ao seu redor, como de nacionalidade, uma vez que fora utilizada como língua de resistência durante suas independências, unindo diversas etnias em um mesmo Estado-Nação (MOURÃO, 1996). A cooperação em língua portuguesa representa o pilar da comunidade e orienta a ação política dos seus países membros, sendo, de acordo com Saraiva, p.80

de natureza pacífica, sem quaisquer objetivos militares, que se aproveita de elementos históricos e culturais comuns tendo em vista potencializar os esforços da cooperação internacional e a promoção do desenvolvimento dirigidos para os países que falam português.

Em termos geopolíticos, a CPLP vem ganhando força frente a um cenário internacional cada vez mais competitivo. Os oito países membros procuram fazer convergir suas sinergias resultantes do fato de que cada um deles faz parte de algum bloco regional, os quais, num contexto de globalização, sobretudo comercial, tendem a se relacionar entre si (PALMEIRA, 2010). Portugal faz parte da União Europeia e na sua Zona Econômica Exclusiva transita grande parte do fluxo aéreo e marítimo intercontinental. O Brasil, hoje uma potência média com grandes recursos e crescente influência no cone Sul, é o Estado mais influente do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e tem participação ativa em grupos e fóruns internacionais, como o G20 e o IBAS. Angola e Moçambique fazem parte da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), juntamente com a África do Sul; Cabo Verde e Guiné-Bissau estão na Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, e São Tomé e Príncipe na Comunidade dos Estados da África Central. Os cinco países africanos de língua oficial portuguesa fazem parte também da União Africana. Por último, o Timor-Leste, localizado entre dois gigantes econômicos e políticos, nomeadamente Austrália e Indonésia, poderá vir a fazer parte da ASEAN (PALMEIRA, 2010). Portanto, a CPLP estabelece um espaço lusófono versátil, em termos geográficos, étnicos, culturais, sociais e econômicos, e também político, servindo como ponto de encontro entre espaços da UE, Mercosul, União Africana, Sadc, etc.

A língua portuguesa ocupa lugar de destaque na constituição da CPLP, e a difusão desse idioma, juntamente com sua cultura subjacente, é uma das prioridades da Comunidade. Antes de avaliarmos as propostas lançadas e os resultados obtidos em relação a esse objetivo, é importante que tenhamos em mente como ele se coaduna com a concertação político-diplomática e a cooperação entre os países membros, duas outras vertentes citadas

anteriormente. O tronco desta relação é que tanto o desenvolvimento material como a estrutura de ideias dos países membros da CPLP são um todo articulado, uma estrutura em que os fatores materiais e os fatores ideais se complementam (MOTA, 2009).

Embora de extrema importância para a CPLP, o aspecto linguístico é politicamente fraco, uma vez que as necessidades de inserção e afirmação dos países e de seus interesses vão muito além da defesa de uma língua. O mundo globalizado lhes impõe a necessidade de ter economias competitivas, globalizadas e de políticas domésticas com alto grau de instituições democráticas capazes de representar os desejos e a diversidade de cada um dos cidadãos (MOTA, 2009). Portanto, o lastro da língua comum e da sua valorização não bastam em si mesmos. É preciso encaminhar propostas concretas nos campos da educação social e do treinamento para o trabalho. Os países que fazem parte da CPLP, sobretudo Brasil e Portugal, por serem atores centrais e mais estruturados, devem cooperar para garantir o bem-estar dos países mais à margem do processo de internacionalização dos ganhos da globalização econômica e mundialização da cultura (SARAIVA, 2001).

A preferência de negociação entre os países da CPLP não pode ocorrer exclusivamente por falarem português. É preciso que haja uma contrapartida econômica, com ênfase para o incremento comercial e o aumento do fluxo financeiro entre os membros. Os PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), por exemplo, desejam enfatizar a dimensão da cooperação técnica, científica e tecnológica e a concertação político-diplomática (SARAIVA, 2001), já que são países de independência mais recente, tendo alguns deles passado por guerras civis, como Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Um país em reconstrução, com altas taxas de desigualdade e problemas socioeconômicos gritantes, não terá condições de priorizar esforços para a difusão de sua língua. O aprofundamento da cooperação econômica é fundamental para aumentar as taxas de alfabetização e acesso à educação e tecnologias, diminuir os índices de pobreza, fortalecer as instituições democráticas e possibilitar o alcance dos objetivos ideais. A CPLP deve, ainda, segundo Mota, 2009, promover os valores democráticos e as eleições livres nos países membros, para que se criem instituições sólidas que permitam diminuir as assimetrias entre os diferentes atores do sistema mundial.

Tendo isso em mente, analisaremos os discursos e projetos de cooperação, de concertação político-diplomática e de difusão da língua portuguesa realizados pela CPLP. Por mais que o aspecto da língua seja importante, entendemos que esta vertente não anda sozinha e que a

cooperação e a concertação político-diplomática entre os membros da Comunidade são fundamentais para o alcance dos seus objetivos. Nas palavras de José Saraiva, a língua portuguesa “deve traduzir-se em elevação da qualidade de vida e afirmação da dignidade humana. Se isso não for feito, a CPLP fenecerá (SARAIVA, 2001, p. 70-71)”.

2.2 Atuação da CPLP entre 1996 e 2010: As três vertentes e o Plano de Ação de Brasília

A atuação da CPLP nos catorze anos contemplados neste trabalho teve alguns pontos que poderiam ser entendidos como positivos, seja em forma de recomendações, seja de maneira concreta. Destacamos, em termos da concertação política, a coordenação de posições nos foros multilaterais e a cooperação na área eleitoral; em relação à cooperação técnica, a capacitação nas áreas de formação profissional, segurança alimentar, agricultura, saúde e fortalecimento institucional; quanto à difusão da língua portuguesa, a adoção do Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa (MRE, 2013)³. Alguns documentos e reuniões da CPLP nos dão exemplos da discussão e da materialização desses temas, portanto serão analisados a seguir.

Quanto à coordenação de posições nos foros internacionais, destacamos: (a) a XII Reunião do Conselho de Ministros da CPLP em novembro de 2007 em Guiné-Bissau, em que o Comitê de Concertação Permanente (CCP) da CPLP dialogou sobre a possibilidade de uma relação e cooperação mais intensas com outras organizações similares alicerçadas na língua, como a Francofonia e a Commonwealth e a União Latina, com organizações regionais e sub-regionais como a União Africana, a União Europeia, e a SADC, e com Agências Especializadas das Nações Unidas (MOTA, 2009); (b) a VII Cimeira da CPLP em julho de 2008 na cidade de Lisboa, onde foram reiterados a importância conjunta de todos os países da CPLP no processo de efetiva mundialização da língua portuguesa e o apoio à introdução da mesma em organizações internacionais (Plano de Ação de Brasília); (c) XIV Reunião do Conselho de Ministros da CPLP em julho de 2009 em Praia, em que se assinalou a necessidade de a ação conjunta na mundialização do português ser orientada pelo

³ Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/cplp>. Acessado em 16 de setembro de 2013.

realismo nos objetivos, pragmatismo na execução e persistência na concertação da ação política.

A cooperação na área eleitoral pode ser observada através do relatório do CCP do período de 2006 a 2007, apresentado durante a XII Reunião do Conselho de Ministros da CPLP em novembro de 2007 em Guiné-Bissau. Ali consta a participação do Comitê de Concertação Permanente nas Missões de Observações Eleitorais em São Tomé e Príncipe e no Timor Leste e na reunião realizada em Genebra para o desenvolvimento da Guiné (MOTA, 2009, p. 105).

Dentre os países da CPLP, os PALOP e o Timor-Leste são os países mais frágeis institucionalmente e que mais precisam receber capacitação e transferência de tecnologias. Estes Estados recebem a maior parte da cooperação prestada pelo Brasil, levada a cabo, sobretudo, pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), mas também pelo Departamento Cultural do MRE, pelo Ministério da Cultura e por instituições públicas ou privadas convidadas, como é o caso do Senai, Senac e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) (SARAIVA, 2001, p. 80).

A essência dos projetos elaborados pelas agências brasileiras acima citadas é buscar acelerar o desenvolvimento socioeconômico dos demais países da CPLP, compartilhando experiências e técnicas disponíveis de forma gratuita. A transferência de conhecimento, principalmente aquele de difícil acesso aos países menos desenvolvidos, capacita os quadros locais, tornando-os autônomos e não-dependentes da associação com componentes estrangeiros (SARAIVA, 2001, p. 80). Desde 2002, quando foi criada a Reunião de Pontos Focais de Cooperação como órgão integrante da CPLP, a ABC conseguiu formar um corpo significativo de projetos de cooperação, que podem ser observados no quadro abaixo.

QUADRO N° 1: Projetos de Cooperação desenvolvidos pelo Brasil para os Países da CPLP

Projetos	Objetivos e características	Países Beneficiados
Centros Regionais de Excelência	Criação de dois centros regionais, um na área de desenvolvimento empresarial e outro na de administração pública. Objetiva acelerar o	Angola e Moçambique

	processo de capacitação desses países para a reforma na organização do Estado e para a promoção do empreendedorismo como agente de desenvolvimento.	
Recursos Humanos em Saúde Pública	Formação de agentes multiplicadores em áreas específicas da saúde pública e apoio à implementação de “Escolas de Saúde Pública”, através da qualificação docente-pedagógica. (ABC, 2013).	PALOP e Timor-Leste
Programa de Apoio à Guiné-Bissau	Projetos de cooperação técnica nas áreas de produção de arroz, formação de inspetores e delegados regionais da Inspeção Geral do Trabalho e Segurança Social, e uma ação pontual para o aparelhamento da Faculdade de Direito de Bissau (ABC, 2013).	Guiné-Bissau
Cooperação Técnica em Telecomunicações	Apoio aos organismos governamentais de telecomunicação dos PALOP, através da ANATEL, na melhoria de suas estruturas regulatórias e troca de experiências relativas à privatização e à introdução da competitividade no setor (ABC, 2013).	PALOP
Programa de Treinamento em Cooperação Técnica Internacional (ProCTI)	Objetiva aperfeiçoar e elevar o nível de conhecimento do pessoal técnico dos países membros da CPLP sobre as metodologias relativas ao processo da cooperação para o desenvolvimento. Entre 2002 e 2007, 409 representantes dos países da CPLP receberam treinamento em assuntos-chave da cooperação internacional (ABC, 2013).	Membros da CPLP
Estudos Lusitanistas Biblioteca Nacional de	Os estudos lusitanos dão apoio para acadêmicos dos PALOP e do Timor-Leste para realizarem estudos em história, ciências sociais, direito, literatura, língua portuguesa, entre outras áreas,	PALOP e Timor-Leste

Lisboa	dos quais deverão resultar publicações destinadas a instituições culturais e de ensino da língua portuguesa (ABC, 2013).	
I Encontro de Especialistas da CPLP sobre Malária	Definição de linhas de ação para o combate da Malária e elaboração de recomendações quanto ao encaminhamento que a Comunidade pode dar ao assunto. Aprovação da proposta de Acordo de Cooperação entre eles sobre a matéria (ABC, 2013).	Membros da CPLP
Fortalecimento do Secretariado Executivo da CPLP	Disposição dos Estados membros de fortalecer a CPLP, dotando-a de instrumentos mais eficazes para a implementação de suas ações, tais como a reestruturação do sistema de informática, a complementação dos serviços de comunicação social e a organização do sistema de arquivos do Secretariado Executivo (ABC, 2013).	Membros da CPLP

Fonte: Website da Agência Brasileira de Cooperação⁴.

Os projetos acima destacados fazem parte do programa de cooperação do Brasil com países em desenvolvimento e representam o fortalecimento institucional dos seus parceiros, de modo que possam agir de maneira independente num futuro próximo.

A medida de maior valor adotada pela CPLP em termos da difusão internacional da língua portuguesa foi a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) em Praia, Cabo Verde, no ano de 2002. Seus objetivos principais são "a promoção, a defesa, o enriquecimento e a difusão da língua portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização oficial em fóruns internacionais"⁵.

Apesar da grandeza dos seus objetivos, o IILP não teve êxito naquilo a que se propôs, tendo sido inexistente na prática. Contudo, como destacam Carvalho e Schlatter (2011, p.273),

⁴ Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/CPLP>. Data de acesso: 17 de setembro de 2013

⁵ Disponível em: <http://www.iilp.org.cv/index.php/o-iilp/breve-apresentacao>. Acesso em 04 de setembro de 2013.

“hoje [2011] é possível perceber uma mudança significativa nas diretrizes de ação do IILP, que tem adotado uma posição audaciosa e inovadora de difusão global do português desde 2010”. Prova disso foram a conclusão da revisão dos Estatutos do Instituto em 2010, os quais buscam torná-lo mais eficaz dentro dos seus objetivos, e a realização da I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, em abril de 2010.

Outras ações desenvolvidas pela CPLP para a promoção da LP foram

o lançamento do edital Doc-TV (2008-09) para financiar documentários nos países lusófonos; a entrada em vigor do acordo ortográfico (2009); a petição para que o português se torne língua oficial das Nações Unidas; a instituição do dia cinco de maio como dia da língua portuguesa e da cultura na CPLP (2009) e a recente proposta de instituir no Rio de Janeiro um centro de estudos do patrimônio (SILVA, 2010, p. 3028).

Por fim, destacaremos a I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, realizada em abril de 2010 em Brasília, que aprovou o Plano de Ação de Brasília. Este plano reúne propostas e objetivos das três vertentes de atuação da CPLP (concertação, cooperação e difusão da LP), o que comprova que elas estão imbricadas para que o sucesso da Comunidade seja alcançado, e se configura como uma tentativa de concretizar algumas políticas da CPLP, passando por cima de eventuais conflitos existentes entre os países membros (SILVA, 2010, p. 3029). O Plano se divide em seis seções, quais sejam: Estratégias de implementação da língua portuguesa nas organizações internacionais; Estratégias de Promoção de Difusão do Ensino da Língua Portuguesa; Estado de desenvolvimento do Acordo Ortográfico, Importância da língua portuguesa nas diásporas; e Participação da sociedade civil⁶.

O documento destaca a importância da língua portuguesa, uma vez que é uma das seis línguas mais faladas no mundo e utilizada em mais de vinte organismos multilaterais ou regionais. Seu principal objetivo é a efetiva mundialização da língua portuguesa. Na seção de estratégias de implementação da língua portuguesa nas organizações internacionais, enfatiza-se a necessidade de introduzir o português como “língua de documentação” da ONU, bem como apoiar candidaturas de nacionais de Estados membros da CPLP para os organismos internacionais. Fala-se também em promover a formação de tradutores e intérpretes para atuarem nesses organismos.

⁶ Disponível em: http://conferencialp.com/files/plano_brasilia_mar_2010.pdf. Acesso em 06 de setembro de 2013.

No espaço dos países de língua portuguesa, percebe-se uma preocupação com aspectos básicos de educação e cidadania:

Expandir a educação e o cuidado na primeira infância; garantir o acesso de todas as crianças em idade escolar à educação primária completa, gratuita e de boa qualidade; ampliar as oportunidades de aprendizagem dos jovens e adultos; eliminar as disparidades entre os gêneros na educação; melhorar todos os aspectos da qualidade da educação (Plano de Ação de Brasília, p. 4)⁷.

Um ponto que merece ser destacado é que o documento revela uma preocupação com o respeito à soberania e à cultura de cada país, de modo a evitar desavenças entre os Estados membros da CPLP e/ou atitudes verticalizadas. Duas passagens ilustram esta preocupação: “[Quanto à formação de professores de/em língua portuguesa] Formar os professores de língua portuguesa para o conhecimento das especificidades do português, conforme o uso padrão em cada Estado membro”⁸ e “Editar e distribuir materiais didáticos e pedagógicos que atendam às características socioculturais, políticas, econômicas e linguísticas dos Estados membros”⁹.

Quanto ao ensino de PLE, as principais preocupações são a capacitação de professores de PLE e a ampliação da oferta de formação em língua portuguesa no ensino básico e secundário em países terceiros e de cursos de língua portuguesa em universidades estrangeiras. Na seção Instrumentos, cria-se um Plano Estratégico do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, com as recomendações emanadas dos órgãos da CPLP. Ele fornece uma pauta de trabalho concreta até 2010 para o IILP (CARVALHO & SCHLATTER, 2011).

A terceira seção, Estado de desenvolvimento do Acordo Ortográfico, trata do objetivo deste acordo, o qual seria a criação de um vocabulário comum das terminologias científicas e técnicas, e das vantagens que ele traz, quais sejam:

uma vantagem em termos econômicos; um importante instrumento de consolidação e reforço da língua portuguesa nas organizações internacionais a que pertencem países de língua oficial portuguesa; um meio privilegiado para veicular informação e construir conhecimento na comunicação especializada (Plano de Ação de Brasília, p. 9)¹⁰.

No que diz respeito à Difusão pública da língua portuguesa, fala-se sobre o projeto de criação de uma CPLP-TV, ampliando a difusão de material audiovisual em língua portuguesa na

⁷ Idem.

⁸ Idem.

⁹ Idem.

¹⁰ Idem.

programação televisiva internacional e desenvolvendo programas de formação educacional em língua portuguesa para transmissão por meios de comunicação de massa. Um dos tópicos trata da promoção da cultura dos países de língua portuguesa,

mediante o incentivo a bibliotecas digitais, o aprofundamento da cooperação na área das indústrias culturais, o aumento do intercâmbio de expressões culturais (cinema, música, teatro, dança e artes visuais, entre outras) e a realização, sempre que possível **conjunta**, de festivais, mostras, temporadas culturais e eventos diversos em terceiros países (Plano de Ação de Brasília, p. 11, grifo nosso)¹¹.

A palavra conjunta destacada acima serve para nos mostrar que os países da CPLP, apesar de eventuais divergências que possam haver ocorrido, têm buscado uma cooperação horizontal, em que todos se sintam manifestados pela Comunidade. Parece não se tratar de ganhos absolutos, e sim de ganhos relativos e de mostrar a diversidade cultural que um único bloco possui (3 civilizações – europeia, latina e africana).

Por último, em relação à Participação da sociedade civil, é mister que a execução de todas as obras presentes no Plano de Ação de Brasília sejam apoiadas pela sociedade civil, inclusive pelo estabelecimento de parcerias entre instituições públicas e privadas.

2.3 A CPLP para a diplomacia brasileira

Os catorze anos contemplados neste trabalho abarcam o governo de dois presidentes do Brasil: Fernando Henrique Cardoso (de 1996 a 2002) e Luis Inácio Lula da Silva (de 2002 a 2010). Esta divisão é importante, pois cada um tinha uma formulação diferente acerca da política externa do Brasil, o que afetaria as relações do país com órgãos internacionais, como a CPLP. De maneira não muito extensa, explicaremos as matrizes de política externa desenvolvidas por cada um dos presidentes para que possamos analisar qual o peso dado por elas à CPLP.

Há dois momentos distintos quanto à matriz de política externa de Cardoso, cada um correspondente a um dos mandatos do presidente. A política externa do seu primeiro governo defendia a ideia de “autonomia pela participação”, ou seja, a adesão aos regimes internacionais, inclusive os de cunho liberal, sem que o país perdesse a capacidade de gerir sua política externa (VIGEVANI, 2007). No âmbito multilateral, o Brasil abandonou o discurso terceiro-mundista e a compreensão do mundo baseada no conflito Norte-Sul; no

¹¹ Idem.

bilateral, direcionaram-se as relações do Brasil com os países desenvolvidos, em detrimento das relações política e econômica com os países em desenvolvimento (SILVA, 2009). Reconhecendo a realidade da forte assimetria de poder no sistema internacional, a negociação direta com países centrais foi privilegiada, sem a busca prévia e sistemática de alianças do Sul. A tomada de liderança pelo Brasil era vista como consequência da gradual proeminência econômica do país e deveria ser limitada à região, por causa da escassez de recursos disponíveis para a ação externa do Estado (VIGEVANI, 2007).

A partir da crise do Plano Real e do Mercosul, em 1999, houve uma reorientação da política externa brasileira. Após uma série de fracassos na Organização Mundial do Comércio, como restrições comerciais ou retaliações, e de atritos com os países desenvolvidos (sobretudo o forte unilateralismo dos EUA), o governo brasileiro deixou de encarar a globalização como um processo positivo, do qual o Brasil se beneficiaria caso estivesse alinhado às grandes potências (SILVA, 2009). Ocorreu a recuperação do discurso de que o sistema mundial estava condicionado por assimetrias e uma distribuição desigual de poder, ao qual poucos países poderiam aceder.

Lula da Silva buscou inserir o Brasil no cenário mundial através da diversificação dos seus parceiros e das opções estratégicas do país, no que ficou conhecido como “autonomia pela diversificação”. Segundo esta estratégia, o país adere a princípios e normas internacionais através de alianças Sul-Sul e de acordo com parceiros não-tradicionais, por acreditar que eles reduzem as assimetrias com os países mais poderosos e aumentam a capacidade de negociação dos países em desenvolvimento. A política externa de Lula, mantendo a postura multilateralista, defendeu a soberania nacional com mais intensidade do que seu antecessor. Acreditava, ainda, que o papel de liderança poderia ser alcançado por meio de uma ação diplomática mais ativa e dinâmica, assim como da continuidade da defesa de “temas universais”. Cabe acrescentar que Lula aumentou o perfil das relações com os países africanos, tendo em vista não apenas relações econômicas, mas também o resgate da chamada dívida humana, social e cultural (VIGEVANI, 2007).

Quão importante e significativa foi a CPLP nas considerações de cada um dos presidentes e de suas equipes de política externa? Qual o peso concedido por eles a uma comunidade formada por países de pouca ou média expressividade no sistema internacional?

Em nenhum dos mandatos de Fernando Henrique Cardoso, os países pertencentes à CPLP foram prioridade em termos de política externa. Do início do seu governo até 1999, portanto em meio ao boom de processos de associações regionais e do processo de implementação do neoliberalismo, o presidente priorizou as relações com a União Europeia, os EUA, o Japão e o Mercosul, sobretudo no âmbito econômico. No seu segundo mandato, o discurso positivo da globalização se esgotara e percebeu-se que, devido às assimetrias de poder e ao unilateralismo dos países mais desenvolvidos, poucos países em desenvolvimento poderiam assumir posições importantes de liderança. A política externa de “parcerias seletivas”, como ficou conhecida depois, “excluiria países com pouca expressão ou nenhuma capacidade de agregar competências para transformar o mundo, ou de atender as necessidades da política externa brasileira em termos de projeção de poder (MIYAMOTO, 2009)”.

Os países em desenvolvimento que se enquadrariam neste prisma seriam os do porte da Índia, África do Sul, China. As nações da CPLP não podiam auxiliar na inserção mais favorável do Brasil no mundo (MIYAMOTO, 2009).

A ação externa brasileira será modificada com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva, sobretudo no que tange à importância do papel desempenhado por países com menor projeção global de poder. Lula não deixou de manter boas relações com as grandes potências e os países emergentes, porém não deixou de lado os países em desenvolvimento, o que condiz com o termo “autonomia pela diversificação”. Atesta-o a criação de 35 novas representações diplomáticas, sendo 15 na África, durante todo o seu mandato (MIYAMOTO, 2009).

Em relação especificamente à CPLP, alguns eventos demonstram a maior importância dada por Lula da Silva a este organismo multilateral. Na ocasião da V Reunião dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em São Tomé e Príncipe, em julho de 2004, o governo brasileiro financiou o evento doando 500 mil dólares, além de infraestrutura de comunicação e material de informática, que depois ficariam lá. Quatro anos mais tarde, na VII Reunião, em Lisboa, enfatizou-se a dinamização do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, com o governo brasileiro prometendo empenho e realçando a importância desse fato. Ademais, podemos citar a iniciativa brasileira de propor acordos do Mercosul com a CPLP, excluindo Portugal, de modo a favorecer intercâmbios econômicos e facilitar a importação de produtos dos membros da entidade (MIYAMOTO, 2009).

Apesar do que foi analisado anteriormente, não podemos pensar que a diplomacia de Cardoso não dispendeu nenhuma atenção à CPLP. É certo afirmar que não foi uma prioridade em seu governo e que não houve grandes esforços para torná-la mais eficaz, porém, ao menos no discurso, atribuía-se à Comunidade um papel significativo. Durante a abertura da Conferência Ministerial da CPLP em Salvador, Bahia, no ano de 1997, o Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Lampreia, afirmou:

Ao realizar esta reunião aqui em Salvador, quisemos significar, sem ambigüidade, o quanto estamos empenhados em fazer da CPLP, de forma gradual, mas efetiva, uma realidade diplomática, uma força a favor de todos nós, que nos ajude a melhor projetar e defender, na base do consenso, os nossos interesses internacionais comuns (SARAIVA, 2001, p.30).

Percebe-se, pelo seu discurso, que a infante comunidade ainda era uma realidade muito recente e pouco palpável, necessitando esforços para projetá-la e defendê-la.

Tampouco se deve acreditar que a CPLP foi prioridade no governo Lula da Silva e que foi unicamente a sua atenção aos países em desenvolvimento que possibilitou melhoras na atuação da Comunidade. A diversificação de parceiros foi bastante importante para o Brasil e para os países africanos, pois criou e/ou reforçou laços econômicos, políticos e diplomáticos e certamente teve reflexos positivos para a CPLP. Porém, a preocupação com a África tem se pautado por interesses econômicos, sendo África do Sul, Angola e Nigéria as preferências brasileiras, dadas a dimensão de seus mercados e a fonte de recursos naturais (MIYAMOTO, 2009). Também não podemos esquecer os esforços de alguns países em acabar com guerras civis e adotar a democracia como sistema político, garantindo-lhes estabilização e melhores condições de se dedicarem a temas como a promoção da língua portuguesa.

Pode-se interpretar a presença do Brasil na CPLP de duas perspectivas: de um lado, no uso da Comunidade para projetar os interesses brasileiros no exterior, visando ocupar espaços maiores do que outros países junto às nações falantes de português; por outro lado, o Brasil atua conjuntamente com a CPLP para atender interesses globais que não seriam auferidos individualmente (MIYAMOTO, 2009).

2.4 Conclusões Parciais

Desde a sua criação até 2010, a CPLP apresentou um acervo considerável de realizações, com crescente projeção para dentro e para fora do espaço dos Estados membros. O diálogo entre os

parceiros comunitários é crescente e evidencia a notável convergência de propósitos (MRE, 2013)¹². Devido ao crescimento econômico do Brasil e de Angola, à estabilização de países como Guiné-Bissau e Timor Leste, à crescente importância do idioma português em negociações internacionais, a ratificação do Acordo ortográfico Comum, o Brasil vem entendendo que a CPLP tem enormes potencialidades, a despeito de todas as dificuldades existentes, e que é possível torná-la mais ativa e dinâmica no cenário internacional. O aspecto social e econômico é fundamental para que a CPLP possa se concretizar e investir na promoção da língua portuguesa. Evidências desse ganho de consciência são os projetos realizados pela ABC nos países da CPLP, a importância da consolidação da democracia, a criação, em 2010, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira¹³, no Ceará, a discussão e a adoção do Plano de Ação de Brasília, etc.

¹² Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/cplp>. Acesso em 20 de setembro de 2009.

¹³ Para mais detalhes, ver: <http://www.unilab.edu.br/institucional/como-surgiu/>.

3 A POLÍTICA CULTURAL EXTERIOR DO BRASIL: OS CENTROS CULTURAIS BRASILEIROS, OS INSTITUTOS CULTURAIS BRASILEIROS E O PROGRAMA DE LEITORADO

O objetivo deste capítulo é analisar a política cultural exterior brasileira, levada a cabo pelo MRE e pelo Ministério da Educação (MEC), de 1996 a 2010, considerando-a como parte da diplomacia do País. O capítulo analisa a evolução dessa política cultural, que não apenas se intensificou nos últimos anos, como também ampliou sua esfera geográfica de atuação.

Anteriormente foram analisados os esforços da diplomacia dos países lusófonos, com destaque para o Brasil, para a difusão da língua portuguesa e para a cooperação naquela língua através de ações, projetos e discursos no âmbito multilateral da CPLP. Agora, trataremos das ações brasileiras bilaterais para a promoção da cultura e da língua do país no exterior, entendendo-as como fontes de Soft Power da qual o Brasil se beneficia.

O Estado brasileiro atua na promoção da sua cultura e sua língua oficial no exterior através, sobretudo, do MRE e do MEC. O Departamento Cultural do Itamaraty tem como função auxiliar a divulgação internacional da cultura brasileira e da língua portuguesa falada no Brasil, através das seis divisões que o compõem, quais sejam: Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP), Divisão de Operações de Difusão Cultural (DODC), Divisão de Acordos e Assuntos Multilaterais (DAMC), Divisão de Temas Educacionais (DCE), Coordenação de Divulgação (DIVULG) e Divisão de Promoção do Audiovisual (DAV). O Departamento Cultural cria uma programação de iniciativas no exterior no início de cada ano, tendo em mente as prioridades da política externa brasileira (MRE, DC, 2013)¹⁴.

Das seis divisões do DC, trataremos da DPLP, a qual é responsável pela gestão da RBEx, composta pelos CCBs, Institutos Culturais Bilaterais e leitorados brasileiros (DINIZ, 2012). A DPLP, até 2003 denominada Divisão de Programas de Difusão Cultural,

assiste os Postos na manutenção e implementação das atividades da RBEx, cabendo à Divisão autorizar e supervisionar processos seletivos para a contratação de diretores, professores e outros colaboradores dos CCBs, bem como dotar a Rede de Ensino de materiais e equipamentos para seu adequado funcionamento operacional e administrativo. A DPLP também libera recursos para a realização de atividades

¹⁴ Disponível em: <http://dc.itamaraty.gov.br/sobre-o-departamento>. Data de acesso: 17 de outubro de 2013

culturais da RBEx, além de ser responsável pela atualização do acervo das bibliotecas das unidades da Rede (MRE, 2010)¹⁵.

No que concerne ao MEC, podemos destacar a criação do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), único reconhecido oficialmente pelo governo brasileiro. Aplicado pela primeira vez em 1998, o exame é aceito por empresas e instituições de ensino, sendo pré-requisito para que estudantes estrangeiros dos Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG) possam realizar seus cursos no Brasil (MRE, 2013)¹⁶. Este tema será abordado com maior profundidade no capítulo três.

Os CCBs estão diretamente subordinados ao Chefe da Missão Diplomática ou repartição consular do Brasil em cada país, constituindo o principal instrumento de execução da nossa política cultural no exterior (DINIZ, 2012). Anteriormente chamados de Centros de Estudos Brasileiros, os CCBs tradicionalmente se dedicavam ao ensino da língua portuguesa. Nos últimos anos, contudo, as atividades realizadas por eles se intensificaram e se expandiram, abarcando a divulgação da cultura brasileira e de manifestações artísticas e culturais locais (onde cada centro está localizado) (SIPLÉ, 2010)¹⁷. Ao não se restringirem unicamente ao ensino da língua portuguesa falada no Brasil, incorporando atividades culturais e materiais informativos sobre o País, os CCBs fortalecem o Soft Power brasileiro. As atividades desenvolvidas atualmente pelos CCBs contemplam

o ensino sistemático da língua portuguesa falada no Brasil, a difusão da literatura e da cultura brasileiras, a organização de exposições de artes visuais, espetáculos teatrais e participação em feiras de livros, a distribuição de material informativo sobre o Brasil, a difusão da música erudita e popular brasileira, a divulgação cinematográfica brasileira, a organização de palestras e seminários sobre temas relacionados à civilização e à atualidade brasileira e a promoção de outras formas da cultura do Brasil (SIPLÉ, 2010).

É interessante notar que, dentre os cursos de português oferecidos pelos Centros, há aqueles voltados ao ensino para o exercício de determinadas atividades profissionais, como diplomatas (há parcerias entre os CCBs e escolas diplomáticas locais) e funções jurídicas e militares em países que fazem fronteira com o Brasil (REDE, 17/10).

¹⁵ Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/8.2.2-promocao-cultural-lingua-portuguesa>. Data de acesso: 17 de outubro de 2013.

¹⁶ Disponível em: <http://redebrasilcultural.itamaraty.gov.br/br/menu-celpe-bras>. Data de acesso: 17 de outubro de 2013.

¹⁷ Disponível em: http://www.siple.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=102:centros-culturais-brasileiros&catid=16:portugues-no-mundo&Itemid=61. Data de acesso: 06 de outubro de 2013.

A figura 1 mostra a distribuição geográfica dos CCBs em 2013.¹⁸ Como podemos observar, a maioria deles se localizam na América Latina e na África.

Figura nº 1: Distribuição geográfica dos CCBs em 2013



Os Institutos Culturais Bilaterais são entidades sem fins lucrativos de direito privado e, embora autônomas, cumprem missão cultural em coordenação com as Missões diplomáticas e consulares da jurisdição em que estão sediadas (CARVALHO, 2012). São eles: Instituto de Cultura Brasil-Colômbia (Bogotá), Fundação Centro de Estudos Brasileiros (Buenos Aires), Fundação Centro de Estudos Brasileiros (São José), Instituto Cultural Brasil-Venezuela (Caracas), Instituto Brasil-Itália (Milão), Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro (Montevideu) e o Instituto Brasileiro-Equatoriano de Cultura (Quito) (SIPLE, 06/10). Diversos Institutos Culturais, sobretudo na América Latina, se originaram a partir de privatizações de antigos Centros de Estudos Brasileiros, política que se tornou frequente nos governos brasileiros dos anos 90 (MRE, 2008)¹⁹.

A terceira e última esfera de atuação da RBEx é o programa de leitorados, o qual consiste em professores universitários que atuam em instituições estrangeiras de ensino superior, onde

¹⁸ Em 2010, não haviam sido criados o Centro Cultural Brasil-Líbano e o Centro Cultural Brasil-Argentina. Os destaques em amarelo correspondem a núcleos de estudo da língua portuguesa, estabelecidos apenas em 2011.

¹⁹ Disponível em:

<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/file/IMIGRacaO%20E%20CIDADANIA%20CULTURAL1.pdf>.

Data de acesso: 06 de outubro de 2013.

promovem a língua e a cultura do Brasil. Os professores leitores são pré-selecionados pelo MRE e pela CAPES para que depois sejam avaliados e escolhidos pelas Universidades que irão recebê-los (MRE, 06/10). O programa dura dois anos, sendo prorrogável por mais dois. Concluídos quatro anos consecutivos de atividade na universidade estrangeira, o leitor deverá ficar pelo menos dois anos afastado para que possa se candidatar de novo (SERRAVALLE DE SÁ, 2009). Os leitores recebem bolsa do Itamaraty, além de auxílio financeiro por parte das universidades em que lecionam, e podem apresentar projetos a serem apoiados com recursos do Departamento Cultural (MRE, 06/10).

No quadro abaixo, ressaltamos algumas diferenças entre os CCBs, os Institutos Culturais Brasileiros e o Programa de Leitorado.

Quadro nº 2: Principais diferenças entre os CCBs e os Institutos Culturais e os Leitores

	Perfil	Tipo de relação	Região em que estão mais presentes
Centros Culturais e Institutos Culturais Brasileiros	Exercem função diplomática junto à comunidade local, alcançando todo o país onde estão	Estado Brasileiro- Estado onde a instituição se localiza	América Latina
Leitores	Voltam-se para as comunidades acadêmicas formadoras de opinião, assumindo um significado qualitativo bastante relevante	Leitor brasileiro – universidade estrangeira	Europa

Fonte: DINIZ, 2012

3.1 Ação diplomática do Brasil de 1996 a 2010

Não podemos entender a diplomacia cultural de qualquer governo como desvinculada de aspectos econômicos e políticos. Ela faz parte da política externa de um país como um todo, beneficiando-se dos acordos realizados entre os países e da projeção que um país adquire internacionalmente através de suas relações diplomáticas. Analisaremos, pois, as principais linhas de ação diplomática do Brasil de 1996 a 2010 para entendermos como a política cultural brasileira se encaixa dentro delas.

Como já visto no capítulo anterior, a diplomacia do governo Lula da Silva foi mais ativa e desafiadora que a de seu antecessor, auferindo mais resultados e projetando o país internacionalmente. A matriz de política externa de Fernando Henrique Cardoso era bastante tímida e limitada aos parceiros tradicionais do Brasil, sobretudo os países desenvolvidos e os membros do Mercosul. No entanto, essa matriz começa a se modificar nos dois anos finais do seu governo devido à crise do Mercosul (1999) e ao início da administração Bush nos EUA. Frente a isso, a política externa de Cardoso desenvolveu uma agenda significativa para a América do Sul e buscou recuperar certa autonomia frente aos EUA (VISENTINI & SILVA, 2010).

É com Lula da Silva, no entanto, que o Brasil recupera os espaços perdidos durante a década de 1990, quando da adoção das políticas neoliberais no país (VISENTINI & SILVA, 2010). Entre 2003 e 2010, a concepção norteadora da política externa brasileira era a de que o Brasil devia assumir um papel crescente no cenário internacional, projetando uma imagem externa ativa e soberana. Os quatro eixos fundamentais da diplomacia brasileira de Lula foram: a) América do Sul, eixo prioritário da nossa política externa, tendo o Mercosul como núcleo central; b) África Ocidental (incluindo Cabo Verde e São Tomé e Príncipe), antiga fronteira cujos laços precisavam ser reatados; c) Ásia, centro dinâmico da economia mundial, essencial para que o Brasil participasse no mercado global; e d) Europa e América do Norte, áreas tradicionais de vinculação política, econômica e cultural, permaneceram como parceiros relevantes do Brasil., em particular no esforço de reforma da governança política e econômica global (MRE, 2010)²⁰.

²⁰ Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/resumo-executivo>. Data de acesso: 22 de outubro de 2013.

O Brasil procurou construir uma liderança na **América do Sul** através de novas formas de cooperação e integração com os países da região. Além da iniciativa brasileira, contribuíram para o crescimento da presença do País na América do Sul o cenário internacional globalizado, um sistema internacional mais multipolar após os atentados de 11 de setembro e a ausência de uma política específica dos EUA para a América Latina após 2001, durante o governo Bush. Esta estrutura tornou novos espaços disponíveis nos quais o Brasil pôde tomar uma atitude mais proativa (SARAIVA, 2010). Um importante indicador da posição regional brasileira é o seu nível de cooperação técnica e financeira com seus vizinhos. O país financiou projetos de infraestrutura, se envolveu em iniciativas de cooperação técnica e mostrou uma preferência pelas relações bilaterais (SARAIVA, 2010).

A América do Sul foi a prioridade da política externa de Lula da Silva, por meio de ações que vão além das dimensões econômica e financeira, tomando a integração como um projeto político (DINIZ, 2012). O Brasil assumiu um papel protagonista na criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), em 2004, e da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2008, também tendo realizado esforços para a revitalização do Mercosul (DINIZ, 2012). Quanto a este bloco, foi criado em 2004 o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), constituído de contribuições anuais dos quatro países membros no valor de US\$ 100 milhões, dos quais US\$ 70 milhões são do Brasil (MRE, 2010)²¹.

Durante a primeira década do século XXI, o Estado brasileiro ampliou sua participação no **continente africano** através de investimentos, acordos comerciais, criação de novas embaixadas e arranjos políticos e estratégicos. Iniciou-se, a partir daí, um ciclo de cooperação e projetos de desenvolvimento para a África, contrapondo-se ao que ocorrera na década anterior (SARAIVA, 2010). Tratava-se de uma política solidária e humanista, cujos principais objetivos eram reduzir assimetrias entre os países africanos e o Brasil, promover o desenvolvimento e combater a pobreza. Apesar disso, o Brasil obteve ganhos concretos, uma vez que o aprofundamento da sua relação com o continente africano significou acesso a novos mercados, oportunidades econômicas e maior influência nos foros multilaterais (MRE, 2010)²².

²¹ Idem.

²² Idem.

Uma das principais demonstrações da prioridade representada pela África na política externa brasileira de Lula da Silva foi o ritmo de visitas oficiais entre autoridades brasileiras e africanas entre 2003 e 2010. Nesse período, Lula realizou 33 viagens ao continente africano, tendo visitado 23 países – em muitos casos, a primeira visita de um chefe de Estado brasileiro. No sentido inverso, o Brasil recebeu 47 visitas de reis, presidentes e primeiros-ministros africanos, vindos de 27 nações. Reflexo dessas iniciativas políticas foi a grande expansão do intercâmbio comercial entre o Brasil e a África, que passou de US\$ 5 bilhões para US\$ 26 bilhões em seis anos, tendo ela, se tomada como um todo, se tornado o quarto maior parceiro comercial do Brasil (MRE, 2010)²³.

O Brasil realizou diversos projetos de cooperação técnica no continente africano através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), tendo como objetivos principais mitigar a pobreza e criar uma infraestrutura adequada para promover o desenvolvimento daqueles países. Exemplos disso foram programas de combate à AIDS, experiências envolvendo a SEBRAE, os conhecimentos da EMBRAPA e outras várias empresas brasileiras ativas em solo africano. Em termos políticos, o Brasil construiu uma plataforma comum de interesses, de forma a fortalecer a cooperação Sul-Sul, tendo se tornado um representante das questões africanas no sistema internacional (SARAIVA, 2010).

Dentro da lógica do estreitamento da cooperação com países do Sul, o Brasil promoveu as relações econômico-comerciais com a **Ásia**, região que se tornou o principal parceiro comercial do Brasil em 2009. Neste ano, o intercâmbio comercial com a Ásia alcançou US\$ 76 bilhões, em contraposição a US\$ 20,5 bilhões, em 2003. O mercado asiático interessa ao Brasil pela demanda por investimentos, pelo acesso a tecnologias de ponta e pela sua alta capacidade de consumo (MRE, 2010)²⁴.

A aproximação com a Ásia durante o governo Lula da Silva, sem prejudicar as relações tradicionais, permitiu ao Brasil superar os efeitos da crise econômica de 2008/2009, uma vez que as maiores economias asiáticas, com exceção da japonesa, mantiveram elevados níveis de crescimento. Com a crise, houve diminuição da demanda por produtos e matérias-primas nos

²³ Idem.

²⁴ Idem.

principais mercados desenvolvidos, tendo a economia asiática amenizado o impacto da crise no setor externo da economia brasileira (MRE, 2010)²⁵.

Embora a política externa do governo Lula da Silva tenha se pautado pela diversificação de parceiros do Brasil e tenha priorizado o diálogo Sul-Sul, a **Europa** e a **América do Norte**, áreas tradicionais de vinculação política, econômica e cultural, permaneceram como parceiros relevantes ao Brasil.

As iniciativas conjuntas e o diálogo político entre Brasil e Estados Unidos foram ampliados, criando parcerias nas áreas de direitos humanos, energia, meio ambiente, comércio e cooperação em terceiros países. As relações econômicas seguiram crescendo, tendo sido os EUA o principal investidor no Brasil e um dos nossos mais importantes parceiros comerciais. As exportações do Brasil para os EUA foram significativas, correspondendo a 10,2% do total das exportações em 2009, o que mostra que não dependemos excessivamente daquele mercado. Para se ter uma ideia, esse montante comercializado com os EUA equivaleu às exportações brasileiras ao Mercosul no mesmo período (MRE, 2010)²⁶.

A **Europa** se consolidou como o segundo maior parceiro comercial do Brasil, atrás somente da Ásia. O intercâmbio comercial Brasil-Europa saltou de US\$ 36 bilhões, em 2003, para US\$ 74 bilhões, em 2009. Brasil e União Europeia anunciaram, em 2007, a parceria estratégica Brasil-União Europeia, com interesse em promover maior cooperação política, sobretudo em áreas de interesse comum, como a reforma da ONU, combate aos efeitos das mudanças climáticas, produção e comércio de agrocombustíveis e aumento do comércio bilateral. O Brasil estabeleceu, ainda, acordos com a Alemanha, principal parceiro econômico do País na Europa, e com a França, cujo interesse principal era o desenvolvimento do submarino de propulsão nuclear brasileiro (NETO, 2011).

Por fim, no que tange às relações com os **países em desenvolvimento**, foram estabelecidos o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) e o Agrupamento Brasil-Rússia-Índia-China (BRIC) em 2003 e 2006, respectivamente. O Brasil participou ainda da Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH) em 2004, após guerra civil que se iniciou no país quando da deposição do presidente Jean Baptiste Aristide. Dentre as diferentes motivações que levaram o Brasil a enviar tropas para a MINUSTAH, assumindo, em 2004,

²⁵ Idem;

²⁶ Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/resumo-executivo>. Data de acesso: 01 de novembro de 2013.

seu comando militar, está a aspiração do país em ingressar como membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. É preciso ter em vista, ainda, o crescimento econômico do Brasil na última década, que acaba reverberando em sua política externa.

3.2 Análise da evolução da Política Cultural Externa brasileira

Desde que o primeiro Centro Cultural Brasileiro foi fundado até o início de 1996, havia 12 unidades em funcionamento no exterior. Fernando Henrique Cardoso não criou nenhum CCB durante os seus dois mandatos, tendo, na verdade, privatizado quatro CEBs - o da Argentina, da Colômbia, do Equador e o da Itália -, os quais se tornaram Institutos Culturais. Esta situação comprova, nas palavras de Diniz “a falta de uma política de Estado para a difusão da língua portuguesa, que só parece ser resolvida no governo Lula” (DINIZ, 2009, p. 3022). Em relação aos leitores, a grande maioria dos professores se localizavam na Europa.

A partir de 2003, a política externa de Lula da Silva ensejou novas possibilidades para a língua portuguesa, as quais levaram a uma atualização das políticas governamentais para a sua promoção no exterior, verificada a partir de três fatos: a criação da DPLP em 2003; uma significativa ampliação de RBEx entre os anos de 2003 e 2010; e uma mudança na política de privatizações dos CCBs (DINIZ, 2012).

O primeiro fato diz respeito à criação da DPLP em 2003, tendo substituído a antiga Divisão de Programas de Difusão Cultural. Mesmo que as primeiras instituições voltadas à difusão cultural tenham sido criadas nos anos 1940 e os leitorados datem da década de 1960, somente em 2003 se criou uma divisão encarregada, especificamente, da promoção internacional da língua portuguesa. De acordo com Silva, 2010, Lula pediu que 70% do orçamento do Departamento Cultural do MRE, ao qual a DPLP se subordina, fosse investido nas relações internacionais prioritárias do Brasil naquela época, quais sejam, em ordem hierárquica: América do Sul, América Latina, África e países em desenvolvimento.

O segundo fato se refere à expansão da RBEx entre os anos de 2003 e 2010. Conforme a tabela nº 1, Lula da Silva criou nove CCBs enquanto esteve no poder, localizados em África do Sul (2008), Angola (2003), Cabo Verde (2008), Guiné-Bissau (2008), Haiti (2008), Moçambique (2008), Panamá (2008), República Dominicana (2009) e São Tomé e Príncipe (2008).

Quadro nº 3: CCBs fundados até 2010

País	Cidade	Centro Cultural	Data de fundação
África do Sul	Pretória	Centro Cultural Brasil-África do Sul	2008
Angola	Luanda	Centro Cultural Brasil-Angola	2003
Bolívia	La Paz	Centro Cultural Brasil-Bolívia	1958
Cabo Verde	Praia	Centro Cultural Brasil-Cabo Verde	2008
Chile	Santiago	Centro Cultural Brasil-Chile	1960
El Salvador	São Salvador	Centro Cultural Brasil-El salvador	1986
Espanha	Barcelona	Centro Cultural do Brasil em Barcelona	1963
Finlândia	Helsinque	Centro Cultural Brasil-Finlândia	1991
Guiana	Georgetown	Centro Cultural Brasil-Guiana	1970
Guiné-Bissau	Bissau	Centro Cultural Brasil-Guiné Bissau	2008
Haiti	Porto Príncipe	Centro Cultural Brasil-Haiti	2008
Itália	Roma	Centro Cultural Brasil-Itália	1977
México	Cidade do México	Centro Cultural Brasil-México	1975
Moçambique	Maputo	Centro Cultural	2008

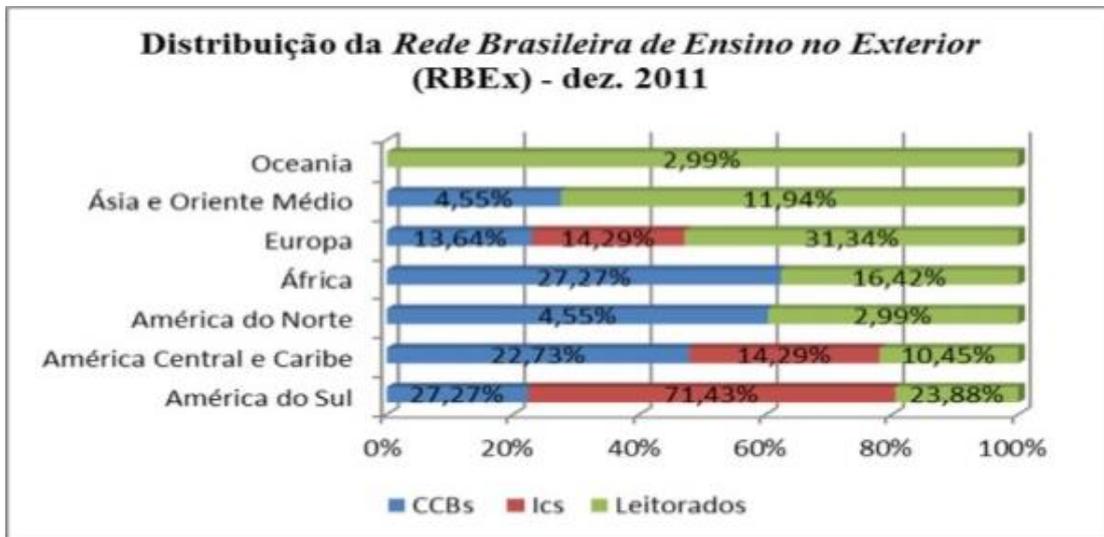
		Brasil-Moçambique	
Nicarágua	Manágua	Centro Cultural Brasil-Nicarágua	1981
Panamá	Panamá	Centro Cultural Brasil-Panamá	2008
Paraguai	Assunção	Centro de Estudos Brasileiros	1974
Peru	Lima	Centro Cultural Brasil-Peru	1962
República Dominicana	São Domingos	Centro Cultural Brasil-República Dominicana	2009
São Tomé e Príncipe	São Tomé	Centro Cultural Brasil- São Tomé e Príncipe	2008
Suriname	Paramaribo	Centro Cultural Brasil-Suriname	1983

Fonte: Website da Rede Brasil Cultural²⁷.

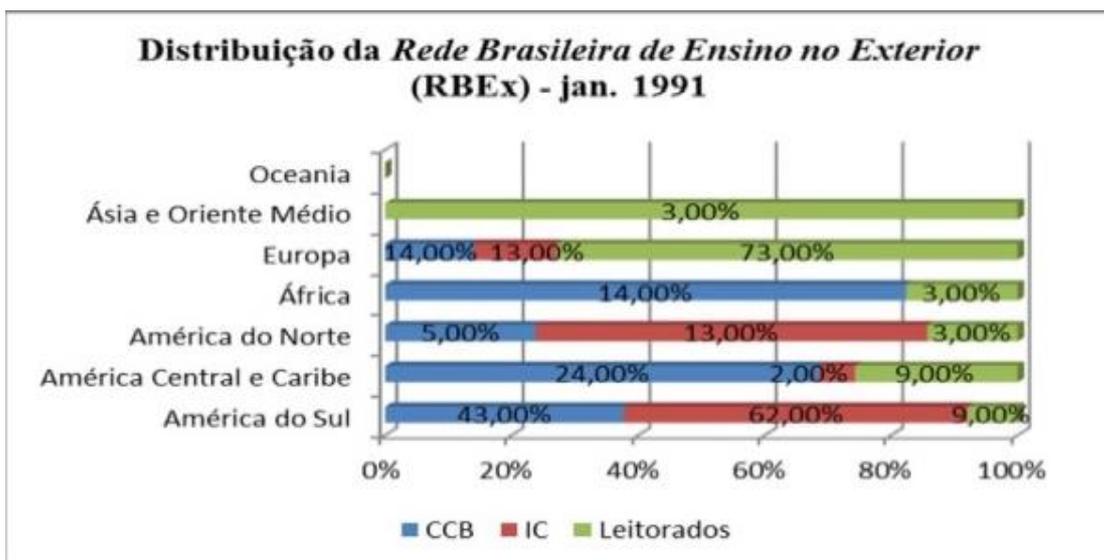
No mesmo período, como mostram os gráficos n.º01 e 02, a rede de leitorados passou de 31 universidades estrangeiras para 60, tendo havido uma queda na proporção de leitorados na Europa (de 73% para 31%), causada pela maior abertura de leitorados em outras regiões, sobretudo na América do Sul (de 9% para 24%) e na África (de 3% para 16%).

²⁷ Disponível em: <http://redebrasilcultural.itamaraty.gov.br/br/>. Data de acesso em 01 de novembro de 2013.

Gráficos nº 1: Distribuição da RBEx em 1991



Gráficos nº 2: Distribuição da RBEx em 2011



Fonte: DINIZ, 2012.

O último aspecto que diz respeito ao governo Lula é a revisão da política de privatização dos CCBs, havendo interesse do governo brasileiro de estatizar os Institutos Culturais.

Como podemos observar pelos dados apresentados nos gráficos 1 e 2, a política cultural exterior do governo Lula da Silva foi bastante mais ativa do que a de seu antecessor, acompanhando a avaliação das suas respectivas políticas externas como um todo. Fernando Henrique Cardoso não só não criou nenhum CCB, como também privatizou várias unidades

(originando alguns Institutos Culturais), dentre elas três Centros Culturais na América do Sul, região considerada prioritária para o seu governo. Com respeito aos leitorados, mais da metade dos postos se concentraram na Europa, o que reitera a preferência pelas relações tradicionais do Brasil com os países desenvolvidos. A política cultural exterior do seu governo foi, portanto, passiva e pouco expressiva se comparada ao período seguinte, coadunando-se com as outras linhas diplomáticas do país à época.

O presidente Lula da Silva, além de ter investido mais na política cultural do Brasil no exterior, priorizou as regiões com as quais buscava aproximar-se, como África e América Latina. O ex-presidente criou um departamento dentro da Diplomacia Cultural exclusivamente para a difusão da língua portuguesa, abriu oito CCBs, sendo seis na África – cinco países integrantes da CPLP e um, a África do Sul, país com que o Brasil estabeleceu o IBAS – e dois na América Central, e expandiu a rede de leitorados para várias regiões do mundo, com destaque para a América do Sul e África, havendo uma redução proporcional dos leitores na Europa (DINIZ, 2012). No caso da América do Sul, o Brasil foi protagonista para a criação da UNASUL e para a revitalização do Mercosul, aproximando-se de diversos países da região, o que explica a necessidade de uma política cultural mais ativa, sobretudo em termos acadêmicos.

O governo de Lula da Silva estreitou o relacionamento do Brasil com os países em desenvolvimento, seja através de laços econômicos, políticos, estratégicos e culturais. A política cultural exterior acompanhou, deste modo, os avanços realizados pela política externa como um todo.

Por fim, um aspecto importante, que não está, porém, necessariamente ligado à concepção diplomática dos presidentes, foi a mudança nas aulas dos CCBs. Nos últimos anos, o enfoque deixou de ser exclusivamente a língua portuguesa, e passou a abarcar aspectos culturais, não somente do Brasil como também do país em que o CCB está localizado. Esta mudança abre maiores canais de diálogo e cooperação entre ambos os países, por se tratar de uma construção conjunta de conhecimentos culturais e serve melhor aos propósitos do soft power brasileiro, uma vez que trata de temas amplos da cultura brasileira, não se restringindo à língua.

3.3 Conclusões Parciais

Concluimos neste capítulo que o Brasil promove sua cultura no exterior através do Departamento Cultural do MRE, o qual mantém a RBEx, composta dos CCBs, Institutos Culturais Brasileiros e os Litorados. Estas unidades são responsáveis não só pelo ensino da língua portuguesa no exterior, como também da cultura brasileira e de informar as pessoas sobre o Brasil, atuando como importante instrumento diplomático. Concluimos, ainda, que houve mudanças significativas na atuação dessa Rede desde 1996 até 2010, ocorridas, em grande maioria, pelas diferentes formulações e execuções das políticas externas do governo Cardoso e Lula da Silva. A primeira, tendo sido mais passiva, não logrou projetar o Brasil internacionalmente e houve uma estagnação quanto à projeção cultural do país, inclusive porque alguns CCBs foram privatizados. A segunda, por sua vez, buscou diversificar parceiros do Brasil, sobretudo países em desenvolvimento, e possibilitou uma expansão significativa da RBEx.

4 AS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS COMO AGENTES DA DIPLOMACIA PÚBLICA BRASILEIRA PARA A PROMOÇÃO DA CULTURA E DA LÍNGUA DO BRASIL

O objetivo deste capítulo é analisar as ações de política cultural brasileira levadas a cabo por universidades brasileiras, as quais têm efeito sobre a imagem do Brasil que será divulgada no exterior e criam relações importantes com estrangeiros. Para tanto, utilizaremos o construto teórico da diplomacia pública, o qual nos ajudará a entender de que maneira essas ações são entendidas como política externa, e analisaremos as diversas iniciativas de universidades brasileiras que contribuem para a difusão da língua e da cultura do país.

A escolha pelas universidades brasileiras se deve ao importante papel que cumprem quanto ao desenvolvimento de políticas de difusão cultural. De acordo com Filho, 2009, a maior parte do que tem sido desenvolvido no Brasil em favor do fortalecimento do ensino e da oferta do Português como língua segunda e estrangeira são iniciativas das universidades, ou contam com seu forte apoio. Em menor escala, esse fortalecimento decorre da iniciativa privada das escolas e casas publicadoras e da iniciativa governamental, através do MRE e do MEC (projetos já citados nos capítulos anteriores). Por isso, acreditamos que as universidades cumprem um papel bastante significativo na formulação e execução da difusão cultural do Brasil, sobretudo no que tange ao intercâmbio acadêmico.

4.1 Os Programas de Estudantes-Convênio Graduação (PEC-G) e Pós-Graduação (PEC-PG)

O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) foi criado em 1965 pelo MRE e pelo MEC, em parceria com universidades públicas e particulares, visando formar recursos humanos de países em desenvolvimento (MEC, BRASIL, 2013)²⁸. O Programa oferece a estudantes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil possui acordos educacionais,

²⁸ Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=530&id=12276&option=com_content&view=article. Data de acesso: 10 de novembro de 2013.

culturais ou científico-tecnológicos oportunidades de realização de estudos de graduação em IES brasileiras, sendo exemplo tradicional de cooperação Sul-Sul (MRE, BRASIL, 2013)²⁹.

Para cursar gratuitamente a graduação, o aluno precisa atender alguns critérios, como ser capaz de custear suas despesas no Brasil, ter concluído o ensino médio e possuir proficiência em língua portuguesa (salvo estudantes de nações da CPLP). É importante lembrar que os alunos cuja língua materna não é o português precisam fazer o exame Celpe-Bras, o qual, como será abordado adiante, é um instrumento de política cultural externa do Brasil. Dá-se preferência aos alunos que se comprometem em regressar ao seu país e contribuir com a área em que se graduou (BRASIL, 2013)³⁰.

O Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), por sua vez, foi criado em 1981 e oferece bolsas de Mestrado e Doutorado em IES brasileiras para nacionais de países em desenvolvimento com os quais o Brasil possui acordo de cooperação cultural ou educacional (MEC, BRASIL, 2013)³¹. Administrado pelo MRE, MEC e Ministério da Ciência e Tecnologia, este Programa visa, entre outras coisas, cooperar na formação avançada de nações em desenvolvimento e enriquecer o conhecimento dos discentes e docentes através dos intercâmbios acadêmicos e culturais (CARVALHO & SCHLATTER, 2011)

Entre 2000 e 2010, o PEC-G trouxe ao Brasil pouco mais de 6.000 estudantes estrangeiros, tendo vindo majoritariamente da África (4.990 alunos), com destaque para Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau, seguida pela América Latina, com 1321 estudantes, maior parte paraguaios, equatorianos e peruanos (MRE, BRASIL, 2013)³². A nível de pós-graduação, o PEC-PG selecionou no mesmo período cerca de 1.400 estudantes de países em desenvolvimento. A maioria deles veio da América Latina (1.088 alunos), com destaque para Colômbia, Peru e Argentina. Da África e da Ásia chegaram aproximadamente 350 alunos, sendo Cabo Verde, Moçambique e Timor-Leste responsáveis pelo maior número de candidatos selecionados (MRE, BRASIL, 2013)³³.

²⁹ Disponível em <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PECG.php>. Data de acesso: 10 de novembro de 2013.

³⁰ Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=530&id=12276&option=com_content&view=article. Data de acesso: 10 de novembro de 2013.

³¹ Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PECPG.html>. Data de acesso: 10 de novembro de 2013.

³² Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.html>. Data de acesso: 10 de novembro de 2013.

³³ Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PG/historico.html>. Data de acesso: 10 de novembro de 2013.

4.2 Grupos de Ensino e Pesquisa de Português como Língua Segunda no Brasil

Ainda que houvesse algumas iniciativas isoladas de ensino de português para estrangeiros no Brasil desde a década de 1950, é somente trinta anos depois que esse campo vai ganhar força, devido à explosão da pós-graduação nas universidades brasileiras e o crescente ingresso de capital humano estrangeiro, juntamente com seus investimentos na economia do país. Nos anos 1990, surge uma nova consciência profissional no âmbito do ensino de Português para estrangeiros, sobretudo por causa da criação do Mercosul, e várias ações são tomadas em favor dessa área de ensino, levadas a cabo por profissionais nos ministérios das Relações Exteriores, da Cultura e da Educação. Sinal concreto de incremento do ensino de português para estrangeiros foi a iniciativa oficial de instalar um Exame Nacional de Proficiência, o Exame Celpe-Bras, criado no bojo do MEC, em 1993 (FILHO, 2009).

Desde a primeira aplicação do exame, tem crescido a demanda de professores de português, brasileiros e estrangeiros, por publicações teóricas que abordem o ensino e a aprendizagem do idioma, por cursos de atualização, especialização e pós-graduação na área, e espera-se que aumente também a demanda por materiais didáticos e publicações voltadas para a formação de professores de português como língua estrangeira (CASTILHO, 2010). Neste contexto, algumas universidades brasileiras ganham destaque por possuírem longa experiência na área, são elas a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade de Campinas (Unicamp) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (CARVALHO & SCHLATTER, 2011).

A UnB dispõe do único curso de graduação em Português como Língua Adicional no Brasil, estabelecido em 1997, e do Programa de Ensino e Pesquisa em Português para Falantes de Outras Línguas (PEPPFOL). Este programa, criado em 1990, tinha como objetivo fomentar o ensino e a pesquisa na área de português como segunda língua, através do oferecimento de aulas aos alunos PEC-G, PEC-PG e à comunidade estrangeira pertencente, ou não, ao corpo diplomático. A atuação dos docentes não se restringe ao ensino de português como língua segunda, mas consiste também na pesquisa, elaboração de materiais didáticos e na formação continuada de professores (UnB, 2013)³⁴.

³⁴ Disponível em: <http://www.let.unb.br/peppfol/>. Data d acesso: 12 de novembro de 2013.

A Universidade Estadual de Campinas se destaca no ensino, na elaboração de materiais didáticos e na pesquisa sobre Português como Segunda Língua no Brasil, oferecendo cursos aos estrangeiros por meio do Centro de Ensino de Línguas, vinculado ao Departamento de Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem. Ganha destaque também a pesquisa sobre os efeitos de impacto do Exame Celpe-Bras no processo de ensino-aprendizagem (CARVALHO & SCHLATTER, 2011). A UniCamp foi responsável pela criação, em 1991, do Exame UniCamp de Proficiência em Português, o qual serviu de base para a formulação do Exame Nacional de Proficiência, aprovado em 1992 (CASTILHO, 2010).

Por fim, a UFRGS mantém e desenvolve, desde 1994, o Programa de Português para Estrangeiros (PPE), visando formar professores-pesquisadores na área “através da reflexão de suas práticas docentes e de desenvolvimento de pesquisa sobre práticas de ensino e avaliação (CARVALHO & SCHLATTER, 2011, p. 271)”. Junto com o PPE, criou-se ainda o Seminário de Formação de Professores, que acontece semanalmente na Universidade, onde se realizam diversos trabalhos de pesquisa relacionados à produção de materiais didáticos, ao Celpe-Bras e a práticas de ensino-avaliação a distância (CARVALHO & SCHLATTER, 2011).

As três Universidades acima citadas, juntamente com UFRJ e UFPE, fizeram parte da comissão convocada pelo MEC para a criação do Exame Nacional de Proficiência em 1994. A partir desse ano, outras IES brasileiras vieram consolidando sua caminhada no ensino e na pesquisa sobre PLA, como a PUC-SP, PUC-RJ, UFBA, UFF, UFMG, UFPR, UFRJ, UFSC, ou deram início a estudos nessa área, como a UFAM, UFSCar, UNIPAMPA, UNESP e USP. De acordo com Carvalho e Schlatter, 2011, a grande maioria das IES brasileiras oferece cursos de português para estrangeiros e muitas recebem candidatos ao PEC-G para prepará-los para o Celpe-Bras.

No que tange à formação de professores de português para estrangeiros, realizou-se em 1996 o primeiro Seminário de Atualização em Português Língua Estrangeira e Culturas Lusófonas, reunindo 22 professores do Mercosul, com o apoio da UNESCO, da União Latina e Ministério da Educação e Cultura do Brasil, e fundou-se, ainda em 1992, a Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira (SIPLÉ) por inspiração do centro de Ensino de Línguas da UniCamp (CASTILHO, 2010).

A criação da SIPLE foi um importante passo para contribuir com a profissionalização e a divulgação da área de português como língua estrangeira. Com o objetivo maior de incentivar o ensino e a pesquisa na área de Português como língua estrangeira, a SIPLE tem promovido seminários e congressos anualmente, além de cursos para o ensino do português e da cultura brasileira no exterior, disponibilizado notícias e links a respeito da língua portuguesa no mundo em seu website, e se expandido ano a ano, contando, na gestão 2011-2013, com dezoito profissionais de diversas universidades brasileiras, dentre os quais há quatro que atuam no exterior. Com isso, a Sociedade busca criar um espaço plural para a pesquisa e a difusão dos aspectos que envolvem o contato de duas ou mais culturas em torno do Português ao redor do mundo. É importante mencionar também que a SIPLE possui acordos de cooperação técnica com o IILP, explicado no capítulo I, com o Observatório da Língua Portuguesa e com a Academia Galega de Língua Portuguesa (SIPLE, 2013)³⁵.

Um dos cursos mais importantes no Brasil para a formação de professores de português como língua estrangeira é o da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), que recebe aproximadamente 1.000 estudantes por ano de intercâmbio internacional e de extensão tanto para o semestre regular quanto para os cursos intensivos de férias. A PUC-RJ oferece ainda, em quantidade cada vez maior, cursos customizados sob encomenda de universidades internacionais, como Brown, Harvard, Yale e Princeton, criando importantes laços com prestigiadas instituições de ensino estrangeiras e seus docentes e discentes. O curso de especialização “Formação de Professores de Português para Estrangeiros” oferecido pela universidade é único no Brasil a nível de pós-graduação e se destaca por sua abordagem interculturalista (PUC-Rio, 2013)³⁶.

4.3 O Exame de Proficiência Brasileiro (Celpe-Bras)

O processo de criação do exame Celpe-Bras teve início em 1993, quando o MEC criou uma Comissão formada por professores e estudiosos de português para estrangeiros, com o objetivo de elaborar um teste de proficiência padronizado para avaliar a capacidade dos

³⁵ Disponível em:

http://www.siple.org.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=59&Itemid=69.

Data de acesso: 12 de novembro de 2013.

³⁶ Disponível em: http://www.lettras.puc-rio.br/portugues_para_estrangeiros.php. Data de acesso: 18 de novembro de 2013.

candidatos de participarem nos cenários acadêmicos brasileiros³⁷. A primeira aplicação do Celpe-Bras ocorreu em 1998 em cinco universidades brasileiras e em três instituições de países do Mercosul.

Na última edição, em outubro de 2013, o exame foi aplicado em 21 instituições brasileiras e 47 instituições estrangeiras, espalhadas por 29 países por intermédio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2013), com o apoio do MRE.³⁸ O exame, único dessa natureza reconhecido oficialmente, é aceito em firmas e instituições de ensino como comprovação de competência na língua portuguesa e, no Brasil, é exigido pelas universidades para ingresso em cursos de graduação e pós-graduação e para validação de diplomas de profissionais estrangeiros que pretendem trabalhar no país (CARVALHO & SCHLATTER, 2011).

Este exame é muito importante não só no campo da política linguística exterior, uma vez que, como afirma MACHADO, 2011, p. 92, o Celpe-Bras é

um elemento que integra uma política externa, uma política linguística, por tratar-se de um instrumento internacionalmente difusor da cultura e da Língua Portuguesa do Brasil. Este exame rememora o “discurso fundador” do Brasil através dos elementos da brasilidade que o compõem – cores, símbolos nacionais, natureza, cultura, gente, etc.

É, portanto, um instrumento de política externa brasileira. Por ter sido criado por um órgão oficial do Brasil, o Estado assume, a partir da elaboração do exame Celpe-Bras, a existência de uma variante do português diversa da de Portugal e cria uma política de promoção do Português brasileiro (MACHADO, 2011).

Para entendermos como o Celpe-Bras funciona como um instrumento de política externa, precisamos entender de que forma ele é composto e quais temas são contemplados. Através de tarefas específicas envolvendo áudios, vídeos e textos, o objetivo do exame é averiguar se o examinando possui proficiência linguística, uso apropriado de estruturas do discurso e **conhecimento cultural** sobre o Brasil (HUBACK, 2012). As tarefas reproduzem a brasilidade de diversas formas, entre elas: ressaltando as belezas naturais do Brasil, retratando-o como um território rico em reservas naturais e terras férteis, onde tudo o que se

³⁷ Anteriormente, cada Universidade tinha o seu próprio exame de proficiência em língua portuguesa.

³⁸ Disponível em:

http://download.inep.gov.br/outras_acoes/celpe_bras/postos_aplicadores/2013/postos_aplicadores_24072013.pdf. Data de acesso: 20 de novembro de 2013.

planta dá, remetendo à Carta de Pero Vaz de Caminha; mostrando-o como um país rico graças ao seu povo, que trabalha para que seja cada vez melhor, incluindo aí a cultura do negro, a partir das discussões oriundas do livro *Casa Grande e Senzala*; caracterizando o Brasil como país pacífico desde que passa a figurar nas relações internacionais, à época do Império, o qual prefere passar uma boa imagem através da diplomacia do que a imposição de sua superioridade; empregando imagens que representam o dia-a-dia dos brasileiros, como o arroz, o feijão e o samba. Há ainda recorrente emprego no exame da bandeira do Brasil, com sua frase “Ordem E Progresso”, a qual reforça a ideia de soberania nacional do Estado brasileiro. Através desses símbolos, o Estado brasileiro difunde não só a sua língua, mas cria efeitos de sentido sobre o Brasil (MACHADO, 2011).

O Celpe-Bras evoca a memória identitária do povo brasileiro, explicitando imagens que remetem às peculiaridades brasileiras, tornando essa memória transnacional; a imagem sobre a língua portuguesa, sobre a cultura do Brasil é levada a todos os países que possuem postos de aplicação do exame. Desse modo, o Celpe-Bras tem um duplo efeito; funciona tanto como um convite para que os estrangeiros conheçam o Brasil e as suas singularidades, como uma propaganda de um país rico por sua cultura, por sua natureza e pelo valor do seu povo, legitimado para figurar entre os grandes (MACHADO, 2011). O exame agrega valor ao idioma que difunde, já que vincula a ele a cultura brasileira e a brasilidade. Esta transnacionalização da língua e da cultura brasileira não só funciona como instrumento de difusão linguístico-cultural como também traz benefícios econômicos ao Brasil, sobretudo na indústria do turismo e também na indústria cultural, com a venda de livros, músicas, filmes, etc.

4.4 Ações Das Universidades Brasileiras No Mercosul

O Mercosul foi criado em 1991 através da assinatura do Tratado de Assunção por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, representando um projeto de integração do Brasil com os países vizinhos que, além dos benefícios econômicos, reforçaria a base regional como forma de incrementar a participação desses países no plano mundial. No decorrer dos anos, outros Estados se interessaram pelo Mercosul, tendo a Venezuela se integrado a ele como membro permanente e Chile, Colômbia, Equador e Peru como associados. Desde a sua criação, o Mercosul foi considerado prioritário para a política externa brasileira.

O Mercosul tem avançado em temas como o Código Aduaneiro, a Tarifa Externa Comum e a consolidação do Sistema de Solução de Controvérsias. Além dessas realizações, há também um processo de integração política e cultural, com destaque para a constituição do Parlamento do Mercosul, Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul e Instituto Social do Mercosul. No contexto de fortalecimento das políticas de integração regional, a educação desempenha um papel estratégico, sendo o Setor Educacional do Mercosul (SEM) instrumento essencial para a construção de um espaço educacional integrado por meio da coordenação de políticas de educação (INEP, 2013)³⁹. O SEM foi criado em dezembro de 1991, alguns meses após a criação do Mercosul, pelo reconhecimento da importância da educação para o desenvolvimento da integração econômica e cultural do bloco e busca a integração e o desenvolvimento da educação em toda a região do Mercosul e países associados (INEP, 2013)⁴⁰.

No que diz respeito especificamente à difusão da língua portuguesa, foi criado, em 1997 no âmbito da SEM, o Grupo de Trabalho sobre Políticas Linguísticas do Mercosul Educativo (GTPL) para a elaboração de propostas de políticas de língua para a região. O grupo se reuniu quatro vezes até 2001, lançando propostas muito bem articuladas, como a realização de um diagnóstico da situação do ensino de línguas dos países membros do Mercosul, a realização de projetos focados na formação e atualização de professores de línguas, e a proposta de criação de um banco de dados, o Mercolíngua, para subsidiar a formulação de políticas linguísticas de abrangência regional e disponibilizá-los para políticos, pesquisadores e docentes. Essas propostas, no entanto, não foram implementadas e o GTPL foi extinto após sua última reunião, em 2001. Com isso, a política de defesa e divulgação do português e do espanhol no Mercosul vem sendo estabelecida por acordos bilaterais ou por Leis nacionais, deixando de ser discutida no âmbito de uma política definida para o bloco (SAVEDRA, 2009). Essas e outras ações de integração cultural e linguística serão abordadas nos subitens a seguir.

³⁹ Disponível em: <http://www.sic.inep.gov.br/pt-BR/component/jdownloads/finish/7/413.html>. Data de acesso: 18 de novembro de 2013.

⁴⁰ Disponível em: <http://www.sic.inep.gov.br/pt-BR/mercosul-educacional/o-que-e.html>. Data de acesso: 14 de novembro de 2013.

4.4.1 Projeto Curso de Espanhol-Português para Intercâmbio (CEPI)

O Projeto Curso de Espanhol-Português para Intercâmbio (CEPI), criado em 1997, foi iniciativa de uma universidade brasileira, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e duas argentinas, a Universidad Nacional de Cordoba (UNC) e a Universidad Nacional de Entre Ríos (UNER), com o objetivo de promover a integração entre os países do Mercosul através da inserção de estudantes participantes de programas de intercâmbio no Mercosul e na América Latina em práticas sociais e acadêmicas. Acredita-se, dessa forma, que o aluno terá os meios necessários para se inserir linguística e culturalmente na nova realidade da universidade em que pretende cursar um semestre (BULLA et al, 2012). Cada uma dessas universidades conta com uma equipe interinstitucional e interdisciplinar de pesquisadores e professores de português e espanhol como línguas adicionais e de Educação a Distância. Trata-se, portanto, de uma plataforma virtual para o ensino dos dois idiomas (CARVALHO & SCHLATTER, 2011).

Além dos dois cursos de línguas estrangeiras a distância para intercambistas, em que cada universidade tem um material adaptado para o seu contexto local, o projeto também realiza virtualmente um Curso de Formação de Professores CEPI. O trabalho interinstitucional do projeto permite que os professores e pesquisadores das diferentes universidades troquem conhecimentos e explorem novos recursos para o ensino de línguas (CARVALHO & SCHLATTER, 2011).

4.4.2 Associação de Universidades Grupo Montevideo (AUGM)

A Associação de Universidades Grupo Montevideo (AUGM), criada em 1991, mesmo ano da criação do Mercosul, é composta por universidades públicas, autônomas e autogovernadas de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai e tem como principal objetivo fortalecer a capacidade de formação de recursos humanos e contribuir para o processo de integração acadêmica em todos os níveis. A AUGM é responsável, também, pela maior parte da gestão da política cultural do Mercosul (CASTILHO, 2010)

Tendo em vista a necessidade de melhorar a educação superior pública, o grupo AUGM vem se consolidando de maneira solidária, compartilhando recursos materiais, instalações, equipamentos, laboratórios, bibliotecas, e promovendo o intercâmbio docente e discente,

construindo, dessa forma, um espaço acadêmico comum ampliado. Este espaço comum permite que se superem obstáculos e que se multipliquem possibilidades de ação. A cooperação entre as Universidades membro é, pois, um dos pilares da associação (AUGM, 2013)⁴¹.

As atividades da AUGM são organizadas por três programas: Programa de Mobilidade Acadêmica, Programa Jovens Investigadores e Programa de Núcleos Disciplinares e Comitês Acadêmicos. O Programa de Mobilidade Acadêmica promove o intercâmbio acadêmico-cultural entre docentes, pesquisadores e estudantes de graduação das universidades membro da AUGM e permite que se tenha um melhor conhecimento da diversidade e das particularidades dos diferentes sistemas de Educação Superior da América Latina. O Programa Jovens Investigadores promove o relacionamento entre jovens pesquisadores dos países da região e incentiva a integração nos trabalhos que criam, desenvolvendo redes interpessoais e de caráter científico-acadêmicas. Por fim, o Programa de Núcleos Disciplinares e Comitês Acadêmicos são agrupamentos acadêmicos técnicos, sendo os primeiros correspondentes a uma disciplina de interesse comum, e os segundos a grandes configurações temáticas qualificadas como estratégicas. No caso da política cultural externa do Brasil, ressalta-se a criação, em 2006, do Núcleo de Ensino de Espanhol e Português como línguas segundas e estrangeiras, cujo objetivo é desenvolver ensino, pesquisa e extensão envolvendo as duas línguas (CARVALHO & SCHLATTER, 2011)

4.5 A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) foi criada em 2010 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva na cidade de Foz do Iguaçu, Paraná. A escolha da localização da universidade na tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai não se deu por acaso, tendo em vista que a missão institucional da UNILA é formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercosul.

A UNILA tem como base uma política educacional bilíngue português-espanhol, apoiada numa proposta pedagógica inter e transdisciplinar, oferecendo cursos de interesse mútuo dos

⁴¹ Disponível em: <http://www.grupomontevideo.edu.uy/index.php/institucional/iquienes-somos>. Data de acesso: 10 de novembro e 2013.

países da América Latina em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento e a integração regionais (UNILA, 2013)⁴². A meta inicial é alcançar a marca de 10.000 alunos, 50% brasileiros e 50% de outros países da América Latina, e um corpo docente de 250 profissionais, sendo 250 brasileiros efetivos e 250 visitantes estrangeiros temporários. Em agosto de 2010, primeira fase do ensino de graduação, foram oferecidas 300 vagas em seis cursos, tendo participado do processo de seleção Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (CARVALHO & SCHLATTER, 2011).

4.6 Ações De Cooperação Na Área Educacional Para A Construção De Uma Região

Bilíngue

Argentina e Brasil têm desenvolvido muitos projetos em conjunto para o fortalecimento do processo de ensino e aprendizagem e de gestão do espanhol e do português, sobretudo a partir da extinção do GTPL. Em 2005, os Ministérios da Educação dos dois países assinaram o Protocolo para a promoção e o ensino do espanhol e do português como segundas línguas, a partir do qual especialistas argentinos e brasileiros estabeleceram trabalhos conjuntos nas áreas de currículo, formação de professores, educação a distância e elaboração de materiais didáticos. O Brasil e a Argentina tornaram, respectivamente, o espanhol e o português línguas de oferta obrigatória nos seus currículos escolares (CARVALHO & SCHLATTER, 2011).

Em 2007, durante o Seminário Brasil-Argentina, realizou-se o evento Ensino e Certificação do Português e do Espanhol como Segunda Línguas, em que se discutiu, dentre outros, a aplicação do Celpe-Bras e do CELU (exame de proficiência da Argentina, cuja elaboração foi baseada no exame brasileiro) e o papel das universidades no ensino e difusão dessas línguas. O objetivo era estabelecer prioridades de ações e fornecer subsídios aos governos para a tomada de decisões quanto à gestão dos dois idiomas (CARVALHO & SCHLATTER, 2011).

Outra ação desenvolvida conjuntamente pelos dois países é o Projeto Escola Intercultural Bilíngue de Fronteira (PEIBF), o qual busca a integração de estudantes e professores brasileiros com alunos e professores dos países vizinhos. Em 2008, havia catorze escolas em sete cidades na fronteira Brasil-Argentina. Três anos mais tarde, o projeto avançou para

⁴² Disponível em: <http://unila.edu.br/conteudo/institucional>. Data de acesso: 10 de novembro de 2013.

outros países, abrindo seis escolas na fronteira Brasil-Uruguai, duas na fronteira Brasil-Paraguai e quatro na fronteira Brasil-Venezuela (CARVALHO & SCHLATTER, 2011).

4.7 Conclusões Parciais

Neste capítulo, concluímos parcialmente que as universidades brasileiras têm um peso bastante importante para a divulgação da língua portuguesa e da cultura brasileira, seja atuando no próprio Brasil, seja no exterior. As universidades agem de forma direta por terem contato com estrangeiros, geralmente estudantes intercambistas, os quais assistem a aulas de português e convivem com acadêmicos brasileiros, podendo entender o país em que estão residindo, e de forma indireta, ao publicar notícias, materiais didáticos, organizar conferências e seminários, etc. Vimos, também, que o exame Celpe-Bras não é somente um instrumento de política linguística exterior, mas também um instrumento de política externa, por divulgar a imagem do Brasil para o mundo e gerar efeitos positivos para este país. Por fim, conclui-se que o Mercosul é uma região em que a presença e a atuação das universidades brasileiras, através de programas de cooperação e intercâmbio acadêmico, são bastante significativas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as análises feitas no desenvolvimento desta monografia, chegamos à conclusão de que a diplomacia cultural brasileira se ampliou e se fortaleceu consideravelmente desde 1996 até 2010, embora não tenha se constituído em prioridade da política externa brasileira. No âmbito multilateral, o Brasil conseguiu formar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa em 1996, que demonstrou esforços e criou projetos para a cooperação em língua portuguesa entre os países lusófonos. Bilateralmente, o MRE e o MEC lograram criar mais Centros Culturais Brasileiros e ampliar a rede de Leitores para regiões com as quais o País vinha estabelecendo relações políticas e econômicas, principalmente o continente africano. Nestes dois casos, vimos que as diferentes formulação e implementação da política externa brasileira por Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva levaram a visões diferentes sobre a diplomacia cultural do País, o que impactou o seu desempenho. De maneira geral, Lula da Silva conferiu ao País um papel mais ativo na perseguição de seus objetivos internacionais, favorecendo as relações culturais internacionais. Por último, vimos também que as Instituições de Ensino Superior brasileiras têm um papel muito importante para a difusão da cultura e da língua do Brasil, uma vez que elaboram diversos programas interna ou externamente que projetam e fortalecem a imagem do País no exterior.

A **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)** nasceu como um projeto de aproximação dos países lusófonos, por seus elementos culturais e históricos em comum. Trata-se de uma Comunidade sem quaisquer objetivos militares, visando potencializar a cooperação e a promoção do desenvolvimento dos países de língua oficial portuguesa. A língua surgiu como fator de aproximação de países muito diferentes, em meio ao processo de aceleração da globalização nos anos 90. Através do que foi analisado, concluímos que a CPLP se mostrou, durante muito tempo, um instrumento pouco eficiente, alcançando poucos resultados práticos, o que explica a falta de conhecimento do público em geral a respeito dela. No entanto, a partir de meados dos anos 2000, começa a surgir uma convergência de interesses e uma mudança de postura dos países membro da CPLP, com o intuito de torná-la mais ativa e de alcançar seus objetivos iniciais.

Uma das principais dificuldades para a Comunidade foi a discrepante diferença entre os níveis de desenvolvimento dos países membro. Temos, num mesmo bloco, um país desenvolvido (Portugal), um emergente (Brasil) e vários em desenvolvimento (Países Africanos de língua

Oficial Portuguesa – PALOP - e Timor-Leste), com realidades sociais, econômicas e políticas bastante diferentes. Alguns desses países passaram por guerras civis devastadoras e ainda estão formando suas identidades nacionais e seus aparatos estatais, não tendo a agenda cultural como uma prioridade ou mesmo nem dispondo de recursos para tal. A Comunidade permaneceu engessada por muito tempo justamente porque os fatores ideais foram vistos como prioritários, dada a natureza do bloco, negligenciando as vertentes da cooperação econômica e da concertação político-diplomática. Corre-se o risco, ainda, de que Portugal veja a CPLP como um espaço de recriação do seu império colonial, o que minaria a construção de uma identidade conjunta e a adesão dos PALOP e do Timor-Leste aos objetivos pretendidos. Por outro lado, o Brasil também pode acabar se colocando como líder da Comunidade, uma vez que é o país mais rico da mesma e com o maior número de falantes do português.

É interessante notar, contudo, que desde 2002 houve um fortalecimento institucional da CPLP e uma compreensão maior das necessidades materiais dos países membro para que a cooperação em língua portuguesa se torne uma realidade. Percebeu-se que o lastro do idioma português e a sua valorização não bastam em si mesmos; a língua portuguesa é politicamente fraca. Portanto, a sua difusão internacional deve estar vinculada à cooperação e à concertação político-diplomática entre os países da CPLP, de modo que haja uma contrapartida em termos econômicos e sociais aos países participantes. Desta forma, a adesão à cooperação em língua portuguesa se dará de forma natural e todos os países poderão investir na criação de uma identidade comum.

Ademais, os países da CPLP vêm, individualmente, ganhando força em termos geopolíticos, o que acaba fortalecendo a posição da Comunidade internacionalmente. Portugal faz parte da União Europeia e na sua Zona Econômica Exclusiva transita grande parte do fluxo aéreo e marítimo intercontinental. O Brasil, hoje uma potência média com grandes recursos e crescente influência no cone Sul, é o Estado mais influente do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e tem participação ativa em grupos e fóruns internacionais, como o G20 e o IBAS. Angola e Moçambique fazem parte da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), juntamente com a África do Sul; Cabo Verde e Guiné-Bissau estão na Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, e São Tomé e Príncipe na Comunidade dos Estados da África Central. Os cinco países africanos de língua oficial portuguesa fazem parte também da União Africana. Por último, o Timor-Leste, localizado entre dois gigantes

econômicos e políticos, nomeadamente Austrália e Indonésia, poderá vir a fazer parte da ASEAN. Portanto, a CPLP estabelece um espaço lusófono versátil, em termos geográficos, étnicos, culturais, sociais e econômicos, e também político, servindo como ponto de encontro entre espaços da UE, Mercosul, União Africana, Sadc, etc.

A atuação da CPLP nestes catorze anos de pesquisa foi modesta, devido a dificuldades já apontadas. No entanto, cabe ressaltar algumas ações consideradas positivas, como a coordenação de posições dos países lusófonos em fóruns multilaterais e a cooperação na área eleitoral, com o objetivo de fortalecer a democracia nos países membro; a capacitação nas áreas de formação profissional, segurança alimentar, saúde, educação e fortalecimento institucional; a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) para a mundialização do idioma; e o lançamento do Plano de Ação de Brasília, que enfatiza a importância da complementação dos fatores materiais e ideias da CPLP para o sucesso da Comunidade. Em relação ao IILP, é importante apontar que ele não teve êxito naquilo a que se propôs, havendo mudança significativa apenas em 2010, com o lançamento de diretrizes para a sua atuação e de projetos mais concretos, como o Acordo Ortográfico Comum.

No caso do relacionamento Brasil-CPLP, vimos que em nenhum dos governos aqui analisados, a Comunidade foi uma prioridade. Fernando Henrique Cardoso priorizou as relações com os países desenvolvidos e os parceiros tradicionais do Brasil, sendo o apoio à CPLP existente apenas no discurso. A posição de liderança do Brasil era limitada à América do Sul, através de uma política passiva. Já Lula da Silva, ao formular a “autonomia pela diversificação” do Brasil, permitiu que o País ampliasse sua área de atuação internacional, sobretudo para a África, o que acabou fortalecendo a CPLP. Foi em seu governo que se propôs um acordo de cooperação Mercosul-CPLP (excluindo Portugal), que se ressaltou a importância da dinamização do IILP e que vários projetos e encontros foram financiados. Contudo, vale a pena lembrar que dentre os três principais parceiros comerciais do Brasil na África (África do Sul, Angola e Nigéria) durante o governo Lula, só um era da CPLP (Angola).

O Brasil conseguiu montar um quadro bastante significativo de projetos de cooperação com os países da CPLP, sobretudo os PALOP e o Timor-Leste. A essência desses projetos, levados a cabo, sobretudo, pela ABC, é buscar acelerar o desenvolvimento socioeconômico dos países menos desenvolvidos da Comunidade, compartilhando experiências e técnicas disponíveis de

forma gratuita. A transferência de conhecimento, principalmente aquele de difícil acesso aos países menos desenvolvidos, capacita os quadros locais, tornando-os autônomos e não-dependentes da associação com componentes estrangeiros. Os países da CPLP são os principais parceiros do Brasil, em termos de cooperação técnica, e acreditamos que estes projetos servem como um estímulo para a cooperação em língua portuguesa e o fortalecimento da CPLP.

Dessa forma, concluímos que a atuação da CPLP vem se ampliando ao longo dos anos e tendo recebido maior atenção do governo brasileiro, ainda que não prioritariamente. O aumento no número de projetos de cooperação do Brasil com os PALOP e o Timor-Leste fortalece a ideia de convergência entre as três vertentes de atuação da Comunidade, em que o bem-estar das populações e a dignidade humana são vistas como pré-condições para que a língua portuguesa seja difundida internacionalmente e ocorra a adesão desses países à CPLP. Cada membro também tem crescido economicamente e fortalecidos suas instituições democráticas, o que permite que as questões culturais sejam tratadas com mais atenção.

Em termos bilaterais, vimos que a língua portuguesa funciona como instrumento de política externa através dos Centros Culturais Brasileiros (CCBs), dos Institutos Culturais bilaterais (IC) e do Programa de Leitorado, mantidos pelo MRE. A chamada **Rede Brasileira de Ensino no exterior** não só ensina e difunde o idioma oficial do Brasil, como também conta com uma ampla programação que abarca aspectos culturais (dança, teatro, artes visuais, literatura, música, etc) e materiais informativos sobre o Brasil, funcionando como fortalecedores do Soft Power brasileiro e projetando a imagem do País internacionalmente. O MEC também age nesse sentido, em parceria com o MRE, através da formulação e aplicação do Exame de Proficiência do Português Brasileiro nos CCBs. O Departamento Cultural do Itamaraty cria uma iniciativa de programações culturais no exterior no início de cada ano, que será adotada pela RBEx.

Os CCBs são o principal instrumento de execução da nossa política cultural no exterior. Nos últimos anos, as atividades deixaram de se restringir ao ensino da língua portuguesa e passaram a envolver a cultura do Brasil e do país em que o centro está localizado, aproximando o povo daquela nação ao povo brasileiro. Assim, os CCBs criam laços não só com o público local, mas com todo o país, funcionando junto à missão diplomática brasileira. Concluímos que são instrumentos importantes também da diplomacia pública, uma vez que

criam as chamadas redes informais entre diversos atores de ambos os países. A maioria dos Centros se localiza na América do Sul e na África. Os IC se originaram a partir da privatização de antigos Centros Culturais, porém ainda cumprem missão cultural em coordenação com as missões diplomáticas e consulares do país onde se localizam.

A rede de Leitores, embora seja um número comparativamente menor em relação aos CCBs e aos IC, tem um papel mais qualitativo na representação do Brasil, isso porque se trata de professores universitários que atuam em universidades estrangeiras, das quais saem os formadores de opinião. Esses professores são selecionados pelo governo brasileiro e pela Universidade que pretende acolhê-lo, sendo sua vinculação com a Universidade, e não com o país de destino. Esta é uma diferença importante em relação aos CCBs e IC. Atualmente, a maioria dos Leitores existe na Europa.

Concluimos, também, que a ação da diplomacia cultural brasileira no período de 1996 a 2010 condisse com a matriz de política externa dos dois presidentes aqui avaliados. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, não se criou nenhum CCB e não houve uma política de Estado para a difusão da língua portuguesa. Na verdade, o ex-presidente tucano privatizou quatro Centros Culturais sul-americanos enquanto esteve no poder, mesmo que essa região tenha sido considerada prioritária pelo seu governo. A RBEx se concentrava, àquela época, na América do Sul (CCBs e IC) e na Europa (Leitores), o que demonstra que a política cultural também se manteve atrelada aos parceiros tradicionais do Brasil, sem haver uma tomada de liderança pelo Brasil para expandir sua projeção internacional.

No governo seguinte, a política externa foi mais ativa e diversificou os nossos parceiros em termos econômicos e políticos, priorizando, em ordem decrescente: Mercosul, África Ocidental, Ásia e Europa e Estados Unidos. A chamada “Autonomia pela Diversificação” abriu canais de diálogos interculturais com esses países, potencializando os efeitos benéficos da RBEx. De fato, Lula da Silva atualizou as políticas governamentais para a promoção da língua portuguesa: em 2003, criou a Divisão de Promoção da Língua Portuguesa, que tem como responsabilidade unicamente a difusão da língua portuguesa, priorizando as relações com a América do Sul, África e países em desenvolvimento; ampliou a RBEx, tendo criado nove CCBs (seis só na África) e mais 29 postos de Leitores, dando preferência para regiões menos tradicionais; e mudando a política de privatizações dos Centros Culturais, herdadas do governo de Fernando Henrique Cardoso.

A diplomacia cultural levada a cabo pelo Departamento Cultural do MRE é nosso principal instrumento de política externa cultural e é bastante eficaz para o estabelecimento de relações amistosas com outros Estados e a criação de redes informais, com atores não necessariamente estatais. Atinge o público de maneira mais geral, com os CCBs e IC, e o público universitário formador de opinião, por meio dos Leitores. A RBEx se expandiu consideravelmente até 2010, melhorando também qualitativamente ao incorporar diversos materiais culturais e informativos do Brasil às aulas de língua portuguesa.

No que concerne aos atores da diplomacia pública brasileira, elegemos as **Universidades do país** devido ao fato de que a maior parte do que tem sido desenvolvido no Brasil em favor do fortalecimento do ensino e da oferta de português como língua adicional são iniciativas das Universidades. Concluímos que são de extrema importância para a construção e a manutenção da imagem do Brasil que é projetada internacionalmente, atingindo desde estudantes e pesquisadores a políticos e empresários. Vimos, ainda, que o Mercosul é a principal região assistida por esses programas de cooperação e que a formulação do exame Celpe-Bras é mister para a internacionalização da língua portuguesa.

Uma quantidade considerável de Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras recebe alunos dos programas PEC-G e PEC-PG (para ser mais preciso, 6.000 e 1.400 estudantes, respectivamente, entre 2000 e 2010), os quais realizam cursos no País e também entram em contato com a cultura e o modo de pensar brasileiros. Trata-se de uma comunidade formadora de opinião, a qual retornará ao seu país de origem com pensamentos mais complexificados e compreensivos em relação à política externa brasileira e aos seus objetivos. Ademais, essas IES são responsáveis por formular diversos programas de português como língua adicional no Brasil, voltados para o público estrangeiro. A SIPLÉ (Sociedade Internacional Português como Língua Estrangeira) foi criada em 1997 por iniciativa da UniCamp e cumpre com os propósitos da diplomacia cultural brasileira, uma vez que fornece cursos de português e cultura brasileira no exterior e possui acordos de cooperação com organismos multilaterais e estrangeiros, como o IILP e a Academia Galega de Língua Portuguesa, respectivamente.

Contudo, concluímos que a principal contribuição das IES brasileiras em termos de difusão da cultura brasileira foi a criação do exame Celpe-Bras. Este exame, criado em 1998, é um elemento que integra uma política externa, uma política linguística, por se tratar de um

instrumento internacionalmente difusor da cultura brasileira e da língua portuguesa falada no País. Ele rememora o discurso fundador do Brasil através dos elementos da brasilidade que o compõe, quais sejam: cores, símbolos, cultura, música, gente, etc. Por ter sido criado por um órgão oficial, o Estado assume a existência de uma variante do português diversa da de Portugal e cria uma política de promoção do português brasileiro. O Celpe-Bras funciona, assim, como um convite para que os estrangeiros conheçam o Brasil e as suas singularidades, como uma propaganda de um país rico por sua cultura, por sua natureza e pelo valor do seu povo, legitimado a figurar entre os grandes.

Por fim, vimos também que as Universidades brasileiras contam com muitos projetos de cooperação e de difusão cultural na região do Mercosul, em parceria com outras instituições de ensino. Os principais projetos criados foram a Universidade Latino-Americana, na Tríplice Fronteira com o Paraguai e a Argentina, as Universidades na fronteira, em que o ensino de português e de espanhol é obrigatório e complementar, o Setor Educacional do Mercosul e a Associação de Universidades Grupo Montevideo. Todos esses projetos envolvem docentes, discentes, pesquisadores e a comunidade local que esteja envolvida, facilitando o diálogo entre o Brasil e os países vizinhos e projetando a cultura brasileira.

Esta pesquisa se restringiu ao uso da língua portuguesa como ferramenta de política externa entre os anos de 1996 e 2010. Cabe apontar, no entanto, que nos últimos três anos diversas iniciativas de internacionalização e fortalecimento da língua portuguesa foram tomadas e que, somadas aos projetos aqui estudados, formam um novo objeto de investigação. Algumas dessas iniciativas foram a II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa, em outubro de 2013, em que se lançou o Plano de Ação de Lisboa, dando continuidade às políticas lançadas em Brasília; a expansão da RBEx durante o governo da presidente Dilma, em que dois CCBs foram abertos (Líbano e Argentina) e foram criados Núcleos de Estudos em Língua Portuguesa no Uruguai e no Paquistão; e o lançamento do Plano Educacional 2011-2015 do Mercosul, em que se criaram grupos de estudos culturais e linguísticos. Há, portanto, novas ações a serem analisadas para aprofundar as discussões a respeito da difusão cultural brasileira.

REFERÊNCIAS

AUGM. Quienes somos ? Disponível em: <<http://www.grupomontevideo.edu.uy/index.php/institucional/iquienes-somos.>> Data de acesso: 10 de novembro de 2013.

BARNETT, Michael. Social Constructivism. In.: BAYLIS, John; SMITH, Steve; e OWENS, Patricia. The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations. Nova Iorque: OXFORD UNIVERSITY PRESS, 2011.

BRASIL, ABC. Informações Gerais sobre a CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/CPLP>> Data de acesso: 17 de setembro de 2013.

_____, DC. Disponível em: <<http://dc.itamaraty.gov.br/sobre-o-departamento.>> Data de acesso: 17 de outubro de 2013.

_____, DCE. Histórico do PEC-G. Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.html>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

_____, DCE. PEC-G. Disponível em <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PECG.php>> Data de acesso: 10 de novembro de 2013.

_____, DPLP. Divisão de Promoção da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://dc.itamaraty.gov.br/divisao-de-promocao-da-lingua-portuguesa-dplp-1>>. Acesso em: 16 jul. 2013.

_____, INEP. Postos Aplicadores Credenciados Para Aplicação Do Celpe-Bras 2013.2 Disponível em: <http://download.inep.gov.br/outras_acoes/celpe_bras/postos_aplicadores/2013/postos_aplicadores_24072013.pdf> Data de acesso: 20 de novembro de 2013.

_____, MERCOSUL. O que é. Disponível em: <<http://www.sic.inep.gov.br/pt-BR/mercosul-educacional/o-que-e.html>> Data de acesso: 14 de novembro de 2013.

_____, MERCOSUL. Plano De Ação Do Setor Educacional Do Mercosul 2011- 2015. Disponível em: <<http://www.sic.inep.gov.br/pt-BR/component/jdownloads/finish/7/413.html>> Data de acesso: 18 de novembro de 2013.

_____, MEC. PEC-G. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=530&id=12276&option=com_content&view=article> Data de acesso: 10 de novembro de 2013.

_____, MRE. Difusão Cultural. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/difusao-cultural/cultura>>. Acesso em 15 jul. 2013.

_____, MRE. Diplomacia Cultural. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/divulg/diplomacia-cultural>>. Data de acesso: 24 de novembro de 2013.

_____, MRE. Balanço de Política Externa 2003/2010. Disponível em: <balanco-de-politica-externa-2003-2010/8.2.2-promocao-cultural-lingua-portuguesa>. Acesso em 17 jul. 2013.

_____, MRE. Promoção Cultural. Promoção e Difusão da Língua Portuguesa. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/8.2.2-promocao-cultural-lingua-portuguesa>. Data de acesso: 17 de outubro de 2013.

_____, MRE. CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/cplp>> Data de acesso: 02 de setembro de 2013.

_____, MRE. Brasileiros no Mundo. Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/file/IMIGRacaO%20E%20CIDADANIA%20CULTURAL1.pdf>>. Data de acesso: 06 de outubro de 2013.

_____, REDE BRASIL CULTURAL. Celpe-Bras. Disponível em: <http://redebrasilcultural.itamaraty.gov.br/br/menu-celpe-bras>. Data de acesso: 17 de outubro de 2013.

BULLA, G. Et al. Análise de material didático para o ensino de línguas adicionais a distância: reflexões e orientações para o design de tarefas pedagógicas. *Horizontes de Linguística Aplicada*, Brasília, v. 11, n. 1, p. 103-135, 2012.

CARVALHO, S. Políticas de promoção internacional da língua portuguesa: ações na América Latina. *Trab. linguist. apl.*, Campinas, v. 51, n. 2, Dec. 2012. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132012000200010&lng=en&nrm=iso> Data de acesso: 03 de outubro de 2013.

CARVALHO, S.; SCHLATTER, M; Ações de Difusão Internacional da Língua Portuguesa. *Cadernos do IL*, Porto Alegre, n° 42, p. 260-284, 2011.

CASTILHO, A. Uma política linguística para o português. Disponível em: <http://www.museulinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto_17.pdf>. Data de acesso: 12 de novembro de 2013.

CEPALUNI, G.; VIGEVANI, T. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 29, n° 2, p. 273-335, 2007.

CHAUÍ, Marilena. Aspectos da Filosofia Contemporânea. In: CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ed. Ática, 2000. P. 61-67.

CONFERENCIA LP. Plano de Ação de Brasília. Disponível em: <http://conferencialp.com/files/plano_brasilia_mar_2010.pdf>. Data de acesso: 06 de setembro de 2013.

CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Acordos Intra CPLP. Disponível em: <<http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=391>>. Acesso em 15 jun. 2013.

DINIZ, L. Política linguística do Estado brasileiro para a divulgação do português em países de língua oficial espanhola. *Trab. linguist. apl.*, Campinas, v. 51, n. 2, Dec. 2012. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132012000200009&lng=en&nrm=iso>. Data de acesso: 02 de outubro de 2013.

FILHO, J. O ensino de português como língua não-materna: Concepções e contextos de ensino. Disponível em: <http://www.museulinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto_4.pdf>. Data de acesso: 10 de novembro de 2013.

HUBACK, A. O exame Celpe-Bras e os materiais didáticos de português como língua estrangeira. *CON(TEXTOS) Linguísticos*, Vitória, v.6, n.7, p. 31-46, 2012.

IILP. Breve apresentação. Disponível em: <<http://www.iilp.org.cv/index.php/o-iilp/breve-apresentacao>>. Data de acesso: 04 de setembro de 2013.

LEONARD, Mark. Public Diplomacy. Londres: the Foreign Policy Centre, 2002.

MACHADO, T. Português do Brasil e cultura brasileira: transnacionalidade com o Celpe-Bras. *Raído*, Dourados, v. 5, n. 9, p. 91-102, 2011.

MELISSEN, Jan. The New Public Diplomacy: Soft Power in International Relations. Nova Iorque: PALGRAVE MACMILLAN, 2005.

MIYAMOTO, S. O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP). *Rev. Bras. Polit. Int.*, Brasília, v.52, n. 2, Dec. 2009. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292009000200002&lng=en&nrm=iso>. Data de acesso: 18 de setembro de 2013.

MOTA, M. Brasil, Portugal e a CPLP: Possíveis estratégias internacionais no século XXI. 2009. 174p. Dissertação (Mestrado) – USP. São Paulo, 2009. Material impresso.

MOURÃO, F. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a base linguística e a material. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Vol. 9, nº 1, p. 163-168, 1995.

NETO, D. A política externa brasileira nos oito anos do governo Lula: legados e lições para a inserção do Brasil no mundo. In: DE PAULA, M. (Org). *Nunca antes na história desse país...? Um balanço das políticas do governo Lula*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2011. P. 100-115.

NOYA, Javier. Diplomacia Pública para el Siglo XXI: La gestión de la imagen exterior y la opinión pública internacional. Barcelona: A&M GRAFIC, S.L., 2007.

NYE, Joseph S. Jr. Soft Power: the means to success in world politics. Nova Iorque: PublicAffairs, 2004.

OLP, Observatório da Língua Portuguesa. Resolução sobre o Plano de Brasília. Disponível em: <<http://observatorio-lp.sapo.pt/Content/Files/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20o%20Plano%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20de%20Bras%C3%ADlia.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

PALMEIRA, J. O potencial de Timor-Leste na geopolítica da CPLP. In: LEACH, M.; MENDES, N.; SILVA, A; XIMENES, A.; e BOUGHTON B. Ed(s). *Hatene kona ba/Compreender/Understanding/Mengerti Timor-Leste*. Hawthorn: Swinburne Press, 2010. p. 41-45.

PUC-Rio. Português para estrangeiros. Disponível em: <http://www.letras.puc-rio.br/portugues_para_estrangeiros.php> Data de acesso: 18 de novembro de 2013.

RIBEIRO, Edgard Telles. *Diplomacia Cultural: Seu Papel na Política Externa Brasileira*. Brasília: FUNAG, 2011.

SARAIVA, J. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Solidariedade e ação política. Brasília: IBRI, 2001. 203p. Coleção ANIMA MUNDI.

SARAIVA, M. Brazilian foreign policy towards South America during the Lula administration: caught between South America and Mercosur. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 53, Dec. 2010. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000300009&lng=en&nrm=iso> Data de acesso: 10 de outubro de 2013.

SAVEDRA, M. O português no Mercosul. *Cadernos de Letras da UFF- Dossiê: Difusão da língua portuguesa*, Niterói, nº 39, p. 175-184, 2009.

SERRAVALLE DE SÁ, D. O leitorado brasileiro em Manchester: política linguística e ensino de português como língua estrangeira. *Cadernos de Letras da UFF- Dossiê: Difusão da língua portuguesa*, Niterói, nº 39, p. 31-40, 2009.

SILVA, A. A matriz neoliberal da política externa brasileira. In: SILVA, A. *Do Otimismo Liberal à Globalização Assimétrica*. A política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Curitiba: Juruá, 2009. P. 93-141.

SILVA, D. O passado no presente: história da promoção e difusão da língua portuguesa no exterior In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, XIV, 2010. Rio de Janeiro. Anais do XIV CNLF (Tomo 4). Rio de Janeiro: Cadernos do CNLF, 2010. p. 3018-3034.

SIPLE. Parceiros da SIPLE. Disponível em: <http://www.siple.org.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=59&Itemid=69> Data de acesso: 12 de novembro de 2013.

_____. Português no Mundo. Disponível em: <http://www.siple.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=102:centros-culturais-brasileiros&catid=16:portugues-no-mundo&Itemid=61> Data de acesso: 06 de outubro de 2013.

UnB. Núcleo de Ensino e Pesquisa de Português para Estrangeiro. Disponível em: <<http://www.let.unb.br/peppfol/>>. Data de acesso: 12 de novembro de 2013.

UNILA. Institucional. Disponível em: <<http://unila.edu.br/conteudo/institucional>>. Data de acesso: 10 de novembro de 2013.

UNILAB. Como Surgiu. Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/institucional/como-surgiu/>>. Data de acesso: 20 de setembro de 2013.

ZEHFUSS, Maja. Constructivism in International Relations: The Politics of Reality. Cambridge: CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 2002.